

Os Cavaleiros de Cristo

Alain Demurger

TEMPLÁRIOS, TEUTÔNICOS, HOSPITALÁRIOS E
OUTRAS ORDENS MILITARES NA IDADE MÉDIA



George Zahar editor

Alain Demurger

Os Cavaleiros de Cristo

*Templários, teutônicos, hospitalários e
outras ordens militares na Idade Média
(sécs. XI-XVI)*

Tradução:
André Telles

Jorge Zahar Editor
Rio de Janeiro

2002

Prefácio

Não existem muitas sínteses sobre as ordens militares. Este livro não tem outra ambição senão apresentar uma visão de conjunto da história dessas ordens durante o período medieval, período que as viu nascer, florescer e decair. Quis mostrar que havia uma “família” das ordens militares e, para isso, apresentar, entre duas partes cronológicas indispensáveis, uma visão sintética dos diferentes aspectos da organização da vida das ordens — com o risco de aproximações e, provavelmente, erros.

A documentação e a literatura histórica, ainda que abundantes, são desiguais e estão dispersas. Partes inteiras dos arquivos das ordens, na Terra Santa ou na Espanha, desapareceram; certas ordens, menos importantes, estão muito mal documentadas. Enfim, as orientações diferentes das diversas escolas históricas tornam difícil a síntese: o florescimento atual da produção espanhola é de grande interesse, mas os historiadores desse país estão voltados essencialmente para o estudo do patrimônio das ordens; do mesmo modo, a produção francesa é rica em estudos locais e regionais. Os historiadores alemães, por seu lado, multiplicaram os estudos prosopográficos* etc.

Esta obra não é fruto de uma pesquisa original, mesmo tendo eu recorrido, sempre que possível, aos documentos originais — e que minhas preocupações e minhas próprias pesquisas nela se encontrem. É portanto, de um lado, uma obra de segunda mão, e não esconde sua dívida para com muitos de meus colegas historiadores. Citarei Anthony Luttrell, cuja meia centena de artigos sobre Rodes, escritos em todas as línguas do planeta, artigos sempre precisos e sagazes, compõe uma verdadeira história dos hospitalários em Rodes; Alan J. Forey, autor de uma síntese sobre as ordens militares nos séculos XII e XIII, e cujos numerosos artigos, não raro apoiados na análise das regras e estatutos das

* Prosopografia: em retórica, descrição dos traços fisionômicos, da figura, de uma pessoa (*Dicionário Houaiss da língua portuguesa*). (N.T.)

ordens, varrem todo o campo da vida interna destas; Jean Flori, cujos estudos sobre a cavalaria e a cruzada são tão úteis para precisar o contexto e os primeiros desenvolvimentos das ordens militares; Henry Bogdan, autor de um sólido estudo de conjunto sobre a ordem teutônica; Charles Higounet, que abordou a história da colonização alemã em direção ao leste; Simonetta Cerrini, cuja tese renovou a abordagem da regra do Templo; Joan Fuguet Sans, especialista na arquitetura das ordens militares, que me fez descobrir muitas das casas templárias e hospitalárias de sua Conca de Barberà na Catalunha; Werner Paravicini, que repertoriou todos os nobres do Ocidente, tendo realizado a “viagem da Prússia” no século XIV.

E muitos outros...

Um pouco por toda parte, o estudo das ordens militares vem recebendo um novo sopro de vitalidade. Como testemunham a organização de colóquios internacionais na maioria dos países que conheceram o fato “ordem militar” e certos periódicos que são objeto de publicações regulares; entre outros, os colóquios quadrienais da Society for the History of the Crusades and the Latin East, os da Conferência sobre as Ordens Militares que é promovida, também a cada quatro anos, no Museu da Ordem de St. John em Londres (dois volumes publicados sob o título *The Military Orders*); os de Torun, na Polônia, que dizem respeito sobretudo à atividade das ordens nas regiões bálticas; os inúmeros colóquios organizados na Espanha e em Portugal; e, prenúncio talvez de sessões regulares, o primeiro colóquio internacional do Conservatório Larzac Templier e Hospitalier, consagrado à “Comendadoria, instituição das ordens militares no Ocidente medieval”, que se realizou em outubro de 2000 em Sainte-Eulalie de Cernon. Enfim, o incansável trabalho de meu amigo Francesco Tommasi, de Perúcia, resultou na criação de uma revista inteiramente consagrada às ordens militares, *Sacra Militia. Rivista di Storia degli Ordini Militari*, da qual Franco Cardini é o responsável pela direção.

Devo a Philippe Josserand, que defendeu brilhante tese sobre as relações entre as ordens espanholas e a monarquia castelhana, e que de bom grado quis reler meu texto, preciosas observações e notas sobre as ordens da Península Ibérica. Sylvain Gougenheim também me proporcionou informações úteis e sugeriu várias correções e precisões sobre o setor alemão e a ordem teutônica. A eles dirijo meus mais vivos agradecimentos.

Esta obra teve uma gestação difícil e passou em sua fase final por algumas atribulações: que me seja permitido agradecer à editora francesa Seuil que de bom grado a acolheu. Retorno ao lar de certo modo, uma vez que ele aí vai encontrar seu “irmão”, *Vie et mort de l'ordre du Temple*, que me lançou, há aproximadamente 20 anos, no rastro das ordens militares.

Ordens militares, ordens de cavalaria, ordens de mérito

Em 1120, em Jerusalém, em condições ainda mal esclarecidas, foi fundada a primeira ordem religioso-militar medieval, a ordem do Templo. Seus primeiros adeptos se diziam os *pauperes comitiones Christi Templique Salomonici*, ou seja, os “pobres companheiros de combate de Cristo e do Templo de Salomão”.¹ Obedeciam a um mestre, seguiam uma regra e comprometiam-se a defender os peregrinos ao longo das rotas que levavam a Jerusalém. A Igreja romana reconheceu a legitimidade dessa experiência no início de 1129, quando um concílio reunido em Troyes, sob a presidência de um legado, homologou sua regra. Pouco tempo depois, são Bernardo, que tomou parte ativa nesse concílio, escreveu em sua intenção o *De laude novae militiae* ou *Elogio da nova cavalaria*, justificando ali a missão daqueles que eram, a seus olhos, monges e cavaleiros ao mesmo tempo. Devemos tomar cuidado com a confusão: ordem militar não é equivalente de ordem de cavalaria. As sociedades ocidentais produziram, em diferentes momentos de sua história, “cavalarias”, ordens de cavalaria; mas se a ordem militar do Templo se dirigia prioritariamente a cavaleiros, incorreríamos em erro inscrevendo-a em uma continuidade histórica, visto que sua experiência é nova e original. Suas raízes encontram-se nas mutações — ou simplesmente na evolução — da sociedade ocidental depois do ano mil; e foi a cruzada que a fez brotar.

De fato, em diferentes épocas apareceram grupos corporativos, às vezes qualificados pela palavra *ordo* (plural, *ordines*), ordem, cujo qualificativo, eqüestre, cavaleiresco, faz referência ao cavalo.

Em Roma, sob a República, as 18 centúrias de cavalaria eram recrutadas entre os cidadãos ricos, cada um daqueles selecionados recebendo um “cavalo público”. Juntos, formavam a ordem eqüestre, distinta da ordem senatorial; a expressão *ordo equester* é rigorosamente equivalente a *equites romani* ou *equites romani equo publico*.² Sob o Império, as funções administrativas e militares, cada vez mais desprezadas pela aristocracia, eram confiadas aos cavaleiros (*eques*, *equites*), a ordem eqüestre tendo portanto o papel de produzir uma

“elite” a serviço do Estado. Porém, ela acabou por se diluir na ordem senatorial e desapareceu no final do baixo Império sem deixar traços para a posteridade. As ordens militares da Idade Média nada lhe deviam, ou quase nada: certos clérigos que leram os autores latinos utilizaram às vezes a expressão *ordo equester* para designar, na organização da sociedade em três ordens ou três funções, a ordem dos combatentes. Foi o caso de Guibert de Nogent no início do século XII.³

Os romanos também conheciam o termo *miles* para designar o soldado em geral; ora, os exércitos romanos concediam grandes vantagens aos soldados de infantaria, aos pedestres. *Militia* significava portanto serviço militar ou ofício de soldado e *militare*, servir nas armas ou ser soldado. O comando cabia aos *magistri militum* ou *magistri militiae*. No baixo Império (sécs. IV-V), sensíveis transformações ocorreram no exército e na administração: as funções civis e militares, até então separadas, se confundiram (salvo durante o período de Diocleciano), passando a ser cada vez mais exercidas por militares. No mesmo momento, no exército, a cavalaria ganhou mais importância e distinguiu-se o *magister peditum* do *magister equitum*. A palavra *miles*, porém, conservou o sentido genérico de soldado. Em contrapartida, o termo *militiae* acabou qualificando toda função pública a serviço do Estado. Foi o sentido que prevaleceu no Código de Justiniano, no século IV (3, 25).⁴

Ao longo da Idade Média, a cavalaria tornou-se a principal arma dos exércitos e o cavaleiro, o modelo do combatente. A palavra *miles* (plural, *milites*) designava isso. Mas essa palavra, embora mantendo o sentido técnico daquele que combate a cavalo, foi contaminada por um sentido ético, passando a designar a elite dos combatentes a cavalo. As línguas vernáculas, em sua maior parte, distinguiram esses dois sentidos com duas palavras: *cavalier-chevalier* em francês, *ritter-reiter* em alemão, *knight-rider* ou *horse-man* em inglês; em contrapartida, *cavaliere* em italiano e *caballero* em espanhol permanecem únicas.

Os clérigos dessa época imaginavam a sociedade cristã ideal dividida em três ordens (ou três funções) hierarquizadas e solidárias: os que rezavam, os que combatiam (e que comandavam), os que trabalhavam. Os cavaleiros eram colocados na segunda, a *ordo pugnatorum*, a ordem dos combatentes (ou *bellatores*); mas essa “ordem” não correspondia a nenhuma instituição. Todavia, eram esses cavaleiros que iriam fornecer os membros mais eminentes e os quadros das ordens militares: o Templo primeiro, o Hospital, os teutônicos e as ordens espanholas em seguida. Não se pode porém definir essas ordens como ordens de cavalaria. Eram antes ordens religiosas, como Cluny, como Cîteaux (aliás, as ordens espanholas, à exceção da de Santiago, eram todas filiadas a Cîteaux), mas ordens religiosas que se dirigiam em primeiro lugar —

mas não exclusivamente, é claro — à cavalaria e que respondiam às suas exigências religiosas. Os templários não eram monges, mas religiosos de tipo militar.⁵

A partir do século XIV, as circunstâncias e as necessidades que haviam gerado a criação e o impulso dessas ordens militares arrefeceram, mas, à exceção do Templo, não desapareceram. Tampouco a cavalaria, que continuou a representar o ideal e os valores guerreiros de uma nobreza em dificuldades devido à crise do final da Idade Média. Os príncipes precisaram sempre da nobreza e se serviram da cavalaria para lhe dar confiança, criando ordens de cavalaria leigas que acolhiam os cavaleiros mais dignos de exemplo. A ordem da Banda em Castela foi uma das primeiras, mas as mais célebres foram a ordem da Jarreteira na Inglaterra (1347) e a ordem do Tosão de Ouro nos Estados borgonheses (1429). A ordem da Estrela, fundada por João o Bom na França, reunia 500 cavaleiros (1350).⁶

Essas ordens leigas não tinham vínculos com as ordens religioso-militares; não procediam nem da mesma inspiração nem das mesmas necessidades. Os contemporâneos porém acreditaram numa filiação ao fazer dessas ordens instrumentos de uma religião real.⁷ Na British Library de Londres encontra-se um manuscrito em que a regra latina do Templo é associada aos estatutos da ordem do Tosão de Ouro.⁸

Ordens de cavalaria leigas e ordens religioso-militares acabaram porém por se encontrar. Nas épocas moderna e contemporânea, todo Estado, todo principado, fazia questão de se dotar de ordens de mérito. Na França, as reviravoltas revolucionárias acarretaram a criação de uma ordem totalmente nova, a ordem da Legião de Honra, mas a ordem da Jarreteira na Inglaterra e a ordem religioso-militar de Avis em Portugal foram transformadas em ordens de mérito. Ordens religioso-militares criadas na Idade Média sobreviveram até nossos dias, mas renunciando ao caráter militar que fazia sua originalidade para se adaptar ou reconverter em ordens beneficentes. Foi o caso da ordem teutônica, cuja sé encontra-se hoje em Viena, ou da ordem dos hospitalários, transformada em ordem de Malta e agora fixada em Roma. Essas ordens retomaram a missão caritativa que foi a de seus primórdios antes da militarização, conservando um aparato militar que não impressiona mais do que a espada de um acadêmico!

As ordens militares não tiveram vida original senão na Idade Média. É portanto nesse período que vou seguir sua história neste livro, do início do século XII, quando surgiu o conceito, até 1530, data em que os hospitalários expulsos de Rodes pelo sultão otomano Solimão o Magnífico partiram para se instalar na ilha de Malta, a eles concedida por Carlos V.

PRIMEIRA PARTE

A escalada do poder

(sécs.XI-XIII)

O contexto ocidental e as cruzadas

O leitor certamente está com pressa de chegar em Jerusalém, nessas terras do Oriente onde surgiu a nova cavalaria, segundo as palavras de são Bernardo. É preciso um pouco de paciência: é no Ocidente que a ordem religioso-militar tem suas raízes.

As três funções

Os clérigos do Ocidente, ao refletirem na organização de uma sociedade cristã segundo a vontade divina, dividiam-na em ordens ou funções. Na época carolíngia, distinguiram-se três categorias: os monges, os clérigos e os leigos. Entretanto, a partir do final do século IX, Haymon de Auxerre (ou Érico) formulou de outra maneira essa trifuncionalidade, dividindo a sociedade entre aqueles que oravam (monges e clérigos), aqueles que combatiam (e que comandavam, dirigiam) e aqueles que trabalhavam.¹ Pouco mais de um século depois, a fórmula foi retomada praticamente nos mesmos termos e no mesmo momento (c.1020-27) por Gerardo, bispo de Cambrai, e Adalberão, bispo de Laon, que escreveu:

A casa de Deus é portanto tripla, ela que parece unida: aqui em baixo uns rezam (*orant*), outros combatem (*pugnant*) e outros trabalham (*laborant*); esses três formam um conjunto e não se separam; assim, a obra de dois repousa no ofício de um só; cada um, por sua vez, traz consolo a todos.²

A sociedade humana é hierarquizada e solidária. Ela é una em três ordens. A significação mais imediata desse esquema é que todos, através da ordem à qual pertencem, têm seu lugar no plano divino, mas também que todos devem permanecer em seu lugar.

Esse esquema das três funções tinha portanto um século de existência quando, em janeiro de 1129, o concílio de Troyes reconheceu a legitimidade

da ordem do Templo. Ora, esta reunia em seu seio as duas primeiras funções, a de orar e a de combater, em detrimento de um esquema trifuncional que as separava rigorosamente. Alguns não hesitaram em qualificar essa novidade de "monstruosidade".³ Será na cruzada e na *Reconquista* que devemos buscar a origem dessa inovação radical? Provavelmente, mas não esqueçamos que a própria cruzada mergulha suas raízes em uma sociedade em plena evolução.

O avanço do Ocidente

Situemo-nos no ano mil.

Um pouco antes, um pouco depois disso, o avanço iniciado a partir da época carolíngia se acelerou e intensificou. Conhecemos a bela declaração do monge Raul Glaber:

Era como se o próprio mundo estivesse abalado e, despojando-se de sua vetustez, houvesse se revestido por toda parte de um vestido branco de igrejas. Então, quase todas as igrejas das sés episcopais, os santuários monásticos dedicados aos diversos santos, e mesmo os pequenos oratórios das aldeias, eram reconstruídos, mais belos, pelos fiéis.⁴

Não tomemos as palavras de Raul Glaber ao pé da letra, mas elas são mostras da percepção que tiveram seus contemporâneos da mudança de ritmo de um avanço que afetou todos os setores da vida humana; e um avanço que se prolongou por quase três séculos para dar à Europa o rosto que ela conservou praticamente até a aurora da revolução industrial.

O avanço foi demográfico, pois a população européia cresceu regularmente até 1300; agrícola, com a extensão das superfícies cultivadas (o arroteamento), a difusão generalizada de técnicas mais produtivas, a intensificação do trabalho da terra e o aumento, provavelmente menos forte do que por muito tempo se acreditou, dos rendimentos; foi industrial e comercial, com o desenvolvimento das cidades e de suas atividades industriais e dos intercâmbios em grande ou média escala. Dois pólos foram constituídos: Flandres, suas grandes cidades têxteis (Gand, Ypre, Douai) e seu empório, Bruges, ponta-de-lança do comércio da Europa do noroeste, de Londres a Novgorodo; a Itália e seus grandes portos (Gênova, Piza, Veneza), cujos barcos singravam o Mediterrâneo e dominavam o comércio dos produtos orientais. A junção entre esse dois pólos se operava nas feiras da Champagne, que funcionavam ao longo de todo o ano em Lagny, Bar-sur-Aube, Provins e Troyes. O avanço, enfim, foi religio-

so e intelectual, com a lenta mas irresistível influência do cristianismo no nível mais profundo da sociedade.

A sociedade ocidental desse tempo era dinâmica. Camponeses em busca de melhores condições de vida deixavam seu antigo torrão por terras novas; numerosas aldeias novas (Villeneuve, Neuville, Neufchâteau etc.) foram fundadas. Na Alemanha oriental, a colonização agrícola assumiu o aspecto de uma frente pioneira. As cidades renasceram. Cavaleiros normandos, à imagem dos filhos da fecunda família de Hauteville, iam se colocar a serviço dos senhores bizantinos do sul da Itália; outros se engajavam em Constantinopla, onde os imperadores procuravam cada vez mais mercenários latinos. Cavaleiros da França meridional cruzavam os Pireneus para participar dos combates da *Reconquista*. Mercadores, peregrinos, sempre mais numerosos, atravessavam rotas e caminhos. À peregrinação a Roma somou-se a de Compostela, onde o túmulo do apóstolo são Tiago Maior foi identificado. Mais antiga, a peregrinação a Jerusalém foi prejudicada, mas não impedida, pelos muçulmanos, conhecendo crescente popularidade no século XI.⁵

Os senhores da vassalagem

Na Alemanha, onde o império foi restabelecido em 962 por Oto I, e na Inglaterra, depois da conquista de Guilherme o Conquistador, o príncipe conduziu esse avanço. Na França, ele deveu-se em primeiro lugar aos senhores proprietários da terra e detentores da vassalagem, que tinham o poder de comandar, obrigar e punir, que escapou das mãos do rei e dos príncipes enfraquecidos. Os castelões, senhores dos castelos que se multiplicaram nas proximidades do ano mil, se apropriaram da vassalagem. Esse poder fragmentado mas eficaz apoiava-se nos recursos e nos rendimentos das senhorias controladas pelo castelão, em instituições que o mais freqüentemente eram de origem pública, e nos homens. As relações feudo-vassálicas, que consistiam na homenagem do vassalo a seu senhor e na posse de um feudo por este último, hierarquizaram e regularam — ao menos tentaram fazê-lo — as relações no seio da classe dominante. Outras formas de relações desempenharam papel similar: por exemplo, as *convenientiae*, ou convenções, do Midi provençal ou catalão, que às vezes não comportavam nem homenagem nem feudo, mas um simples juramento.

Os senhores da vassalagem detinham naturalmente o poder de polícia e o poder militar. Para assegurar a vigilância em seus castelos, para manter seus camponeses na obediência e fazer reinar a ordem senhorial em seu distrito, para conduzir o *ost* (expedição local) ou a cavalgada (expedição distante)

contra seus rivais, contavam com seus vassalos, mas acima de tudo com seus *milites*, seus cavaleiros ou, cada vez mais, seus cavaleiros.

Em Roma, como disse, a palavra tinha o sentido genérico de soldado. Os povos germânicos ao irromperem no mundo romano desenvolveram valores guerreiros que influenciaram profundamente a nova sociedade. A cristianização desses novos povos não foi feita sem algumas concessões a seus costumes e suas mentalidades, e observam-se no vocabulário curiosos intercâmbios entre valores guerreiros e valores cristãos: *miles*, *militia* foram assim associados ao nome de Cristo para designar o novo “exército” dos monges, que travava, das profundezas do mosteiro, o duro combate contra as tentações do Maligno; o *miles Christi*, o soldado de Cristo dos tempos carolíngios, é doravante o monge.

O lugar cada vez mais importante ocupado pela cavalaria no exército a partir da época carolíngia e, mais tarde, a primazia dessa arma durante toda a Idade Média trouxeram *miles* e *militia* para o terreno militar. O *miles* tornou-se o combatente por excelência, o combatente a cavalo. A palavra ainda não tinha sentido social preciso. O grão-senhor que combatia a cavalo podia desfilar com um, sem ser com isso confundido com os grupos de *milites* que ele empregava e mantinha e que formavam sua *militia*.

O termo francês *chevalier*, tradução de *miles*, surgiu ao longo do século XII, com a valorização social e ideológica da palavra e da categoria por ela nomeada. *Chevalier* não designava mais o conjunto dos combatentes a cavalo, mas sua elite mais valorosa, aqueles cujas façanhas eram gabadas, os mais nobres. A cavalaria entrou em contato com a noção de nobreza antes de monopolizá-la, depois de um processo de fusão de duração variável segundo as regiões. J. Flori, cuja demonstração segui, propõe o seguinte esquema de evolução entre o século XI e o início do XIII: *miles*, *milites* designou primeiro todos os cavaleiros, depois apenas os cavaleiros de elite, aqueles que a língua vernacular designou pelo termo cavaleiro; os outros eram chamados de *equites* e, em língua vulgar, sargento (de *serviens*, que é também traduzido por servidor), sargento de armas ou sargento a cavalo. Para J. Flori, “a cavalaria, nobre corporação dos guerreiros de elite nos séculos XI e XII, transforma-se no século XIII em corporação dos guerreiros nobres”, para se tornar no final da Idade Média a “confraria de elite da nobreza, a dos nobres armados cavaleiros”.⁶

Esses grupos de cavaleiros eram utilizados por seus patronos para intimidar os camponeses, para lhes extorquir sempre mais tributos, sempre mais “maus hábitos”.⁷ Ponta-de-lança da ordem senhorial, foram esses causadores de distúrbios que, segundo os clérigos — únicos senhores do saber e da expressão escrita —, introduziram a desordem na casa de Deus.

Os movimentos de paz

A Igreja devia reagir contra a desordem, e o fez, num plano geral, por meio da reforma. O que se chamou reforma gregoriana, do nome de seu mais ardoroso protagonista, o papa Gregório VII (1073-85), supera em muito a única reforma da Igreja e a luta contra os abusos e os vícios do clero (a simonia ou tráfico das coisas sagradas, o nicolaísmo ou casamento dos clérigos). Ela não visava apenas “libertar” a Igreja e alforriá-la da tutela dos leigos. Os gregorianos queriam reformar o conjunto da sociedade a fim de que todos, qualquer que fosse seu estado, clérigo ou leigo, agissem e se comportassem em conformidade com os princípios da Igreja, intérprete da vontade divina. Ao impor aos leigos o respeito a certas normas (casamento etc.), disciplinando-os, a Igreja pretendia conduzi-los à salvação.

O movimento da paz de Deus, surgido no final do século X, já ia nesse sentido. Não resultou de uma iniciativa pontifícia, mas sim dos bispos, mais exatamente de certos bispos de regiões bem precisas, as do Centro e do Sul da França. Os bispos foram apoiados — o que não foi suficientemente enfatizado — pelos príncipes territoriais, o duque da Aquitânia por exemplo.⁸ De que se tratava?

A paz de Deus queria proteger da violência cavaleiresca, colocando-os sob a salvaguarda da Igreja, os “pobres”, isto é, nessa época, todos aqueles incapazes de se defenderem sozinhos porque não estavam armados: clérigos, camponeses, comerciantes, mulheres. Concílios de paz — o primeiro realizado perto do Puy por volta de 987, mas o mais conhecido é o de Charroux, em Poitou, em 989 —, reunidos por iniciativa dos bispos, impuseram aos cavaleiros o juramento de não mais fustigar os “pobres” sob pena de sanções eclesiásticas.⁹ Por meio da paz de Deus, os bispos substituíam um rei enfraquecido, vigorando essencialmente no reino da França, ainda que propagasse também uma mensagem mais geral, limitando o uso das armas apenas à categoria dos *bellatores*.

O movimento da trégua de Deus teve alcance e eco bem significativos no Ocidente, dizendo respeito diretamente ao problema da origem do conceito de ordem militar. Tratava-se dessa vez de limitar a violência cavaleiresca no tempo, em função do calendário das festas cristãs. As ações guerreiras e as agressões eram proibidas certos dias da semana (a sexta-feira, dia da Paixão; depois, da quarta-feira à noite até segunda-feira), por ocasião das grandes festas (Natal, Páscoa etc.) e durante a Quaresma. O concílio de Narbonne (1054) fez uma lista desses dias de interdição e justificava assim a trégua de Deus: “Que nenhum cristão mate outro cristão, pois aquele que mata um cristão derrama provavelmente o sangue de Cristo.”¹⁰

A trégua de Deus introduziu dois elementos decisivos. Por um lado, ao impor “a abstinência de guerra” durante um “tempo sagrado”, infligiu aos cavaleiros uma prova destinada a consolidar sua fé.¹¹ Por outro, introduziu instrumentos destinados a combater os violadores da trégua de Deus: sanções eclesiásticas, claro, mas também a formação de milícias de paz: declarou-se guerra à guerra, guerra à guerra ruim. A violência era efetivamente justificada se posta a serviço do Bem, da paz, da Igreja. Os cavaleiros que combatiam a serviço da Igreja, portanto, não eram maus. Assim, colocava-se para a Igreja o difícil problema da legitimidade da guerra.

A guerra justa e a sacralização da cavalaria

A Igreja cristã primitiva rejeitava a violência e condenava a guerra. Não era uma posição de princípio, mesmo que encontremos referência nesse sentido nas Escrituras, mas uma posição imposta pelo fato de que o Império romano era pagão: podia o cristão, cidadão romano convocado pelo exército, prestar juramento a um imperador que se tomava por Deus? Soldados cristãos recusaram-se a fazê-lo e foram martirizados, sobretudo por ocasião da grande perseguição sob Diocleciano (285-305). A conversão de Constantino em 312 e a imposição do cristianismo como religião do Império em 395 obrigaram a Igreja a se adaptar, os cristãos devendo daí para a frente defender um império que defendia sua fé contra seus — e deles — inimigos, os povos germânicos. Santo Agostinho, bispo de Hipona (Annaba, na Argélia), justifica então a guerra justa: “São ditas justas as guerras que vingam injustiças, quando um povo ou um Estado, a quem a guerra deva ser feita, deixou de punir os erros dos seus ou de restituir aquilo que foi saqueado em meio a essas injustiças.” Isidoro de Sevilha complementou a definição em suas *Etimologias*: “Justa é a guerra feita depois de advertência para recuperar bens ou para rechaçar inimigos.”¹² Suas definições foram reaproveitadas por volta de 1150 pelo *Decreto* de Graciano, texto que está na base do direito canônico: “Uma guerra é justa se travada com intenção honesta, sob a direção de uma autoridade legítima e com um objetivo defensivo ou de retomar um bem injustamente usurpado.”¹³ Dois domínios eram assim delimitados: o da violência ilegítima exercida contra inocentes por cupidez e busca da glória vã — guerras privadas, vinganças, saques — e o da violência legítima exercida por uma autoridade pública, rei, príncipe ou, em caso de omissão da autoridade pública, bispo, papa.

Portanto, nem os movimentos de paz nem os teóricos da guerra justa condenaram em bloco os combatentes, e Graciano respondeu negativamente à pergunta que fazia no *Decreto*, causa 23: “A guerra é um pecado?”¹⁴ As

afirmações lançadas pelos clérigos com respeito aos cavaleiros eram ainda mais rudes, na medida em que se tratava de discipliná-los, de “convertê-los”. A Igreja, na verdade, precisava deles! Abades e bispos, enquanto senhores eclesiásticos, recrutavam *milites* para defender seus domínios, que eram domínios de Deus! Agrupavam-nos sob a bandeira do santo padroeiro de sua igreja. Decerto nem todas as confrarias dos piedosos leigos associadas a um estabelecimento religioso eram milícias armadas,¹⁵ e tampouco todas estavam ligadas a um estabelecimento religioso. Na Espanha, na frente da batalha da Reconquista, confrarias de cavaleiros foram criadas para defender os territórios reconquistados contra os mouros; algumas dessas confrarias, associadas a estabelecimentos religiosos, estão na origem da criação de ordens militares.

O próprio papado pensou em utilizar a cavalaria a seu serviço. Os papas do século XI recrutaram cavaleiros que recebiam soldo para defender o patrimônio de São Pedro (o futuro Estado pontifício) contra os normandos de Roberto Guiscard que estavam em vias de assumir o controle do sul da Itália. Leão IX recrutou seus *milites sancti Petri* para combater em Civitate em 1053, e certos textos já os qualificavam de *milites Christi*.¹⁶ Gregório VII desenvolveu essa prática e recrutou uma verdadeira confraria militar, embora esforçando-se por atrair, na vassalagem da Santa Sé, numerosos senhores e cavaleiros europeus (não esqueçamos que *miles*, nessa época, ainda tinha o sentido de vassalo). A seus olhos, essa cavalaria devia defender interesses da Igreja que se confundiam com os do papado, e não apenas proteger o território pontifício. Gregório VII visava sobretudo utilizar os *milites sancti Petri* contra os oponentes à reforma da Igreja, em particular contra os soberanos que, como o imperador Henrique IV, recusavam a submissão do poder temporal ao poder espiritual. Utilizar a cavalaria contra o príncipe mau, perseguidor das Igrejas, não era outra coisa senão uma guerra justa. Gregório VII pegava por conta própria a expressão *miles Christi* e a aplicava diretamente ao terreno militar. Os soldados de Cristo, assim, tornaram-se soldados da guerra santa — esta devendo ser entendida como a aplicação da guerra justa a todos os adversários da fé cristã, da Igreja e do papado.

Essa posição encontrou forte resistência nos clérigos pacifistas, que se indignavam que um dos seus — o papa, quem mais! — encorajasse cristãos a derramar sangue.¹⁷ Pouco depois da morte de Gregório VII, o teólogo Bonizo de Sutri esclareceu suas idéias para melhor justificá-las, dizendo que se os clérigos não pudessem combater, os leigos — reis, barões, cavaleiros — podiam ser chamados para “perseguir pelas armas cismáticas e a excomunhão”. Bonizo vincula isso à ideologia das três ordens: “Se não o fizessem, a ordem dos combatentes [*ordo pugnatorum*] seria inútil na legião cristã [*legio christiana*].”¹⁸ A idéia de que derramar sangue, mesmo em uma guerra justa, era

fundamentalmente má subsistiu por muito tempo e as reticências não se apaziguaram logo. Ainda no século XVI, Pedro de Duisburg, o historiador da ordem teutônica, experimentou a necessidade de justificar, por uma série impressionante de referências bíblicas, a legitimidade do uso das armas (as quais passa todas em revista: o escudo, a lança, o gládio etc.) e a legitimidade do ato de matar caso se exercesse contra os pagãos da Prússia.¹⁹

Guerra santa e cruzada

O que era válido no interior da cristandade — lutar contra a violência e o banditismo — não podia ser também no exterior? Não era justo lutar contra esses inimigos da Igreja e da fé, que eram os pagãos, os infiéis (muçulmanos), os heréticos? O avanço, sobre o qual afirmei que constituía o pano de fundo da evolução da sociedade cristã, era também um avanço territorial do Ocidente cristão à custa dos adversários do “nome cristão”, como então se dizia: reconquista à custa dos infiéis na Espanha e na Sicília, colonização e cristianização à custa dos pagãos a leste do Elba. Ora, a propósito desses combates, os historiadores modernos utilizam com muita frequência a palavra *cruzada* sem se preocupar em lhe atribuir uma definição precisa. Confundem-se com efeito guerra santa e cruzada, duas noções que, mesmo associadas, não têm a mesma origem.

A guerra santa era a guerra justa por excelência: uma obra meritória, uma obra pia, pois se aplicava aos inimigos da fé e da Igreja cristã, valendo a palma do martírio para aquele que nela morria. As guerras da *Reconquista* espanhola, por exemplo, tornaram-se guerras santas ao longo do século XI. Discute-se para saber se a cruzada teve origem na guerra santa, da qual constituiria de certo modo o resultado, com traços específicos, ou se teve origem na peregrinação a Jerusalém, ato de contrição, ato de penitência, árduo e meritório. A peregrinação a Jerusalém de fato desenvolveu-se bastante no século XI —, com os peregrinos visitando em grupos compactos o túmulo de Cristo, o Santo Sepulcro. A cruzada pode ser definida também como uma peregrinação armada rumo a Jerusalém cujo objetivo não era apenas orar e meditar no Santo Sepulcro, mas libertá-lo — e todos os lugares santos da Palestina com ele — da dominação muçulmana, da “mancha”, como se dizia na época, do Infiel.²⁰

O papa Urbano II, ao visitar a França do Sul e do Oeste para se inteirar dos progressos da reforma gregoriana, deteve-se em Clermont em novembro de 1095 para ali participar de um concílio e, no seu final, no dia 27, pregou à massa dos leigos presentes conclamando-os a socorrerem os cristãos do Oriente e a libertarem o túmulo de Cristo. Seus ouvintes entenderam a mensagem e

responderam com um entusiasta “Deus assim o quer”. O papa convidou-os então a se comprometerem perante Deus pronunciando um juramento e manifestando-o aos olhos de todos pelo porte da cruz. Mas a ideologia da guerra santa não estava ausente das propostas do papa: a ação de socorro levada aos cristãos do Oriente, que visava também recuperar bens, territórios que acabavam de ser injustamente roubados pelo Infidel à cristandade, era uma ação de guerra santa. Aliás, tendo a cruzada obtido a conquista de Jerusalém e o estabelecimento de Estados francos no Oriente, a defesa de Jerusalém e desses Estados seria uma ação de guerra santa.²¹

A cruzada, enquanto peregrinação armada para libertar Jerusalém, combinava o valor penitencial da peregrinação à ideologia dos movimentos de paz, acentuando o processo de sacralização da guerra e do guerreiro empreendido pelos reformadores gregorianos. A conclamação de Urbano II tal como o relata Foucher de Chartres ilustra esse aspecto:

Que se dirijam portanto ao combate contra os Infieis — um combate que vale ser travado e que merece um desfecho vitorioso — aqueles que até aqui se entregavam a guerras privadas e abusivas, para grande prejuízo dos fiéis! Que sejam doravante cavaleiros de Cristo aqueles que não eram senão bandidos! Que lutem agora, de todo direito, contra os bárbaros aqueles que se batiam contra seus irmãos e seus pais!²²

O cruzado se vê como um peregrino, mas tornava-se *miles Christi*, soldado de Cristo, partindo para libertar o patrimônio do Senhor e a afronta por Ele sofrida.²³

Assim, portanto, a teoria das três ordens abria espaço para o combatente na ordem do mundo desejada por Deus. O movimento da paz de Deus chamava a seus deveres aqueles que, nessa ordem, comportavam-se mal, os cavaleiros. A trégua de Deus, canalizando e limitando sua violência, impunha uma prova aos cavaleiros. A cruzada consumava essa evolução oferecendo ao cavaleiro um caminho de resgate, um caminho próprio rumo à salvação que ele podia percorrer sem abandonar sua condição. Guibert de Nogent, autor de um relato da primeira cruzada, exprimiu perfeitamente essa idéia:

Eis por que Deus, em nossos dias, suscitou santas batalhas, em que cavaleiros e errantes encontrariam, em lugar de se matarem mutuamente a exemplo dos antigos pagãos, novos meios de ganhar sua salvação: não seriam mais obrigados a renunciar totalmente à secularidade ao adotar, segundo o costume, a vida monástica ou qualquer outra profissão religiosa — mas obteriam a graça de Deus, até um certo ponto, embora conservando seu estado habitual e cumprindo suas funções no mundo.²⁴

Não se tratava porém de uma sacralização da cavalaria em seu conjunto, de uma legitimação de suas práticas, de sua ética. A salvação do cavaleiro, e aqui também sigo J. Flori, passava por sua “conversão”, por sua renúncia à secularidade. E isso, não mais se retirando do mundo, como fazia o monge, mas se retirando da “cavalaria do século” para juntar-se à “cavalaria de Cristo”. A criação das ordens militares constituiu a última etapa desse processo, arrematando o trabalho de sacralização, bem como de integração dos cavaleiros à sociedade cristã. A ordem militar é o âmbito institucional e espiritual da consolidação da “nova cavalaria”.

São Bernardo empregou essa expressão no sermão que escreveu dedicado à ordem do Templo, o *De laude novae militiae* (*Elogio da nova cavalaria*). Em uma passagem célebre, opôs essa nova cavalaria, protegida pela dupla armadura do ferro e da fé, à cavalaria secular, fútil, vã, cúpida. Retomando um jogo de palavras já muito utilizado na época, contrastando *militia* a *malitia*:

E agora, para a edificação, ou antes, para a confusão de nossos próprios cavaleiros, os quais guerreiam não por Deus mas pelo diabo, falemos brevemente da maneira como vivem os cavaleiros de Cristo, como se comportam tanto na guerra como em casa. Isso salientará toda a diferença entre a cavalaria de Deus e a deste mundo.²⁵

É justamente de conversão que se tratava quando se queria deixar esta última para ter acesso à primeira.

A evolução da sociedade ocidental favoreceu portanto o surgimento do conceito de ordem religioso-militar; mas foi em Jerusalém, seu berço, que este conceito foi personificado: “Uma cavalaria de uma espécie nova ... acaba de nascer e isto naquela região que outrora o ‘sol nascente’ presente na carne visitou das alturas.”²⁶

Capítulo 2

Terra Santa, berço das ordens militares

Para que se concretizasse o conceito, era preciso uma ocasião. Esta foi a cruzada, ou melhor, as conseqüências de seu sucesso. A conquista latina tornou a peregrinação a Jerusalém e aos Lugares Santos mais fácil, mas não necessariamente mais segura. A partir do concílio de Clermont, a Igreja mostrara preocupação em garantir a segurança da peregrinação, que dependia doravante da segurança dos Estados latinos. Essa dupla necessidade levou à criação das ordens militares.

A primeira cruzada

No momento em que a primeira cruzada se pôs em marcha, três potências dividiam os territórios do Mediterrâneo oriental:

- O Império Bizantino, grego e cristão, cujos territórios da Ásia Menor acabavam de ser amputados pela invasão dos turcos seljúcidas (batalha de Mantzikert, em 1071).
- os seljúcidas, islamizados, controlavam então o califado abássida de Bagdá — o califado sunita — que se estendia pela Pérsia, Mesopotâmia e Síria. De fato, o califado foi dividido em emirados rivais, turcos ou árabes;
- o califado fatímida do Cairo — califado xiita, portanto cismático em relação à tradição sunita. Os seljúcidas arrebataram-lhe, durante uma época, a Palestina, mas, em 1098, os fatímidas recuperaram Jerusalém.

A conclamação feita por Urbano II, em 27 de novembro de 1095 em Clermont, encontrou eco formidável, e uma massa eclética e entusiasta — em meio à qual se contavam porém muitos cavaleiros — se pôs a caminho na primavera de 1096 sem esperar os barões, senhores e cavaleiros a quem o papa

se dirigira prioritariamente. Foi essa resposta à conclamação do papa que conferiu, assim como suas palavras, características peculiares à cruzada: uma peregrinação armada com vistas à libertação do túmulo de Cristo, o que permaneceria no cerne da idéia de cruzada. Os primeiros cruzados — daquela que costuma ser chamada de “cruzada popular” — tomaram a rota terrestre que passa pela Alemanha, Hungria e Bizâncio, sendo seguidos pela “cruzada dos barões” — a cruzada oficial de certo modo — conduzida por Raimundo de Saint-Gilles, Godofredo de Bouillon e outros. Na verdade houve uma sucessão de partidas ao longo de todo o ano de 1096, com todos os cruzados convergindo para Constantinopla, onde o imperador Aleixo I Comneno, preocupadíssimo, tinha apenas uma idéia na cabeça: atravessar o mais rápido possível aqueles contingentes pouco disciplinados para a Ásia Menor, obtendo de seus chefes um juramento de fidelidade e o compromisso de transferir para Bizâncio as conquistas que pudessem ser feitas (a Ásia Menor e a Antioquia ainda eram bizantinas 25 anos antes).

Prosseguindo sua rota em condições difíceis, os cruzados chegaram à Antioquia, que conquistaram depois de um longo cerco em 1098. Depois, na primavera de 1099, lançaram-se na rota de Jerusalém. A cidade foi tomada de assalto em 15 de julho de 1099. O fanatismo, a exasperação de uma longa e penosa marcha fizeram da tomada da cidade um ato de crueldade menos excepcional do que se acredita, embora tenha marcado os espíritos por muito tempo. Saciada sua sede de vingança, os vencedores recolheram se nos locais sagrados, o Santo Sepulcro, o monte Sião, Josafá, Jericó, o Jordão, realizando assim seu voto de peregrino. Depois muitos partiram de volta para o Ocidente. Apenas uma minoria de cruzados permaneceu lá. J. Riley-Smith contou uma centena deles sobre cerca de 750 designadamente repertoriados.¹

Era preciso agora se organizar. Desde antes da tomada de Jerusalém, dois Estados haviam sido fundados no norte: o condado de Edessa e o principado de Antioquia. Para Jerusalém foi designado Godofredo de Bouillon, duque da Baixa Lorena, que recusou o título real a fim de ganhar tempo para se entender com o papa. Morreu no ano seguinte, e seu irmão Balduíno, conde de Edessa, lhe sucedeu, assumindo sem hesitar o título real (Balduíno I). Depois foi designado um patriarca de Jerusalém (o bispado de Jerusalém fora promovido a patriarcado em meados do século V); o posto de fato estava vago, depois que seu titular grego fugira. Um capítulo de 20 cônegos foi igualmente instituído para assisti-lo. Godofredo de Bouillon, escreve Guilherme de Tiro, “estabelece cônegos na igreja do Sepulcro e no Templo do Senhor”.² O Templo do Senhor (*Templum Domini*) foi o nome que os cruzados deram ao Domo, ou Cúpula, da Rocha (dito, erroneamente, mesquita de Omar). A igreja secular de Jerusalém era então “latinizada” e organizada como Igreja ocidental.

A peregrinação

Os peregrinos cristãos freqüentavam a cidade desde que, no século IV, Helena, mãe do primeiro imperador cristão Constantino, tinha descoberto ali a verdadeira Cruz. O imperador mandou então construir uma basílica ao lado da Anástase, o edifício em forma de rotunda que abrigava o sepulcro de Cristo.

A peregrinação a Jerusalém era, para um cristão, bem diferente de todas as outras.³ Oferecia a possibilidade de ir orar e meditar nos lugares “habitados” pelo Cristo e a Virgem, dando ensejo a uma *imitatio Christi* em uma cidade considerada o centro da Terra. O peregrino praticava lá um modo de vida ascético, infligindo-se a si próprio uma penitência voluntária. Visitava lugares concretos — Jerusalém, o Jordão, Belém —, mas sua geografia correspondia a uma geografia sagrada fundada nos textos bíblicos, não a uma geografia real. O peregrino daquela época projetava assim sobre a Jerusalém terrestre que ele percorria as imagens da geografia celeste que conhecia.

Depois veio a conquista árabe, em 638. Os peregrinos deviam então ser filtrados por guias muçulmanos e a peregrinação ficou à mercê dos acasos da conjuntura política no mundo muçulmano: cada vez mais os peregrinos se agrupavam. Encontraram condições favoráveis a partir do século IX, graças à política de proteção dos Lugares Santos empreendida por Carlos Magno. Mais concretamente, o imperador bizantino era o protetor natural dos cristãos orientais e o Santo Sepulcro ficou nas mãos do clero grego durante o período muçulmano. Houve contudo um sério alerta durante o califado de al-Hakim (996-1021). Califa fatímida do Cairo, apelidado o “califa louco”, ele rompeu com uma longa tradição ao perseguir cristãos e judeus. Os santuários e, em particular, a Anástase, a rotunda do Sepulcro, foram destruídos e a peregrinação, interrompida durante 10 anos (1004-14). Foi o próprio Hakim que pôs fim à perseguição pois, ao se proclamar divino, chocou-se com os muçulmanos e, ao mesmo tempo, buscou apoio junto àqueles que combatiera na véspera.⁴ A peregrinação ocidental foi então retomada e conheceu sua idade de ouro no século XI. O sucesso da cruzada permitiu a retomada da peregrinação individual e, ao lado dos cruzados que lá se instalaram, peregrinos, numerosos, freqüentavam Jerusalém sem intenção de lá se fixar, pois o futuro dos Estados latinos, cujos fúteis mundanismos condenavam, não lhes dizia respeito. Eram freqüentemente “pobres” os que encontravam alojamento e assistência em estabelecimentos religiosos cristãos fundados em Jerusalém bem antes da cruzada.

No passado, de fato, a generosidade dos fiéis ou a proteção de um príncipe tinham permitido a construção de hospícios ou hospitais (*xenodochion*, em grego). Devia-se a Carlos Magno a fundação, com a concordância do califa

Harum al-Rachid, de um hospício desse tipo. Bernardo o Monge conta que em 865 ele e seus dois companheiros foram “recebidos no hospício do mui glorioso imperador Carlos. Ali são recebidos todos aqueles que vão a este lugar por devoção e são de língua romana. É vizinho de uma igreja dedicada à Santa Maria. Graças ao zelo do imperador, o hospício possui também uma belíssima biblioteca, doze casas, campos, vinhedos e um jardim no vale de Josafá”.⁵ Bernardo descreveu também as igrejas cristãs da cidade, em particular aquelas que Constantino construíra: a basílica, que incluía o Calvário, a Anástase, ou rotunda de nove colunas que abrigava o Sepulcro de Cristo; e, bem próxima, a igreja de Santa Maria Latina.

Foi nesse bairro cristão, nos arredores do Sepulcro, que veio a se concretizar a noção de ordem militar. Descarto nesse momento preciso de meu relato a questão da possível influência do modelo muçulmano do *ribat*, não que rejeite absolutamente e sem exame essa hipótese apresentada por historiadores sensíveis, com toda a razão, ao universo da antropologia. Mas, como é preciso vincular essa questão à de uma possível influência do islã sobre a noção de guerra santa, o problema, em sua complexidade, merece um tratamento à parte que reservo para a conclusão do livro.

O bairro do Santo Sepulcro antes da cruzada

Em 1027, um acordo entre o imperador bizantino Constantino VIII e o califa fatímida permitiu que se empreendesse a restauração das igrejas destruídas na época de al-Hakim. A reconstrução da Anástase foi feita em 1048, mas a da basílica foi obra dos latinos — o novo edifício, maior, foi consagrado em 15 de julho de 1149.

A reconstrução da Anástase sob os auspícios de Bizâncio havia provocado um afluxo de gregos a Jerusalém. O comércio entre Constantinopla e a Síria-Palestina era intenso, e os aliados italianos de Bizâncio, os mercadores de Amalfi, também estavam instalados na cidade. Foram eles que, em 1048 e 1063, construíram o primeiro hospital na vizinhança do Santo Sepulcro.⁶ Construíram também — ou reconstruíram — o mosteiro de Santa Maria e uma igreja. O conjunto foi confiado a monges da ordem de Cluny vindos da Itália e foi chamado de Santa Maria Latina; em seguida, foram-lhe acrescentados um oratório para mulheres dedicado a santa Maria Madalena e, em 1102, um mosteiro feminino, que os latinos chamaram de Santa Maria Grande.⁷

Os dois mosteiros alojavam os peregrinos, mas logo não bastaram mais, e os monges de Santa Maria Latina construíram um hospital cuja capela foi dedicada a são João Esmoler ou, já talvez, a são João Batista.⁸ A cronologia

dessas diferentes construções não é certa. De 1071 a 1098 os turcos seljúcidas ocuparam de fato Jerusalém. Foram eles tão benevolentes com os cristãos como haviam sido os fatímidas? Isso não é certo, e muitos historiadores situam antes de 1071 todas essas construções, que naturalmente deviam ser autorizadas pelo poder muçulmano. Por outro lado, nada indica que os seljúcidas tenham impedido o que quer que seja e muitos indícios levam a pensar que a construção dos mosteiros e do hospital deu-se entre 1070 e os anos 1080.

Os monges beneditinos confiaram a administração do hospital a um leigo piedoso, irmão Gerardo, conhecido na época sob o nome Gerardo Hospitaleiro. Alain Beltjens desdenhou uma tradição que lhe atribuía o nome de Tenque e fazia dele um cavaleiro de Martigues, mas era muito mais provavelmente de Amalfi.⁹ A seu lado no hospital serviam leigos que levavam uma vida religiosa sem serem monges, tendo o status de confrades, e até de conversos no caso dos mais humildes.¹⁰ A tradição quer que Gerardo permaneça em seu posto no momento da cruzada e da tomada da cidade. Verdade ou mentira, pouco importa, pois certamente foi ele quem dirigiu o hospital depois de 1099.

Do hospital beneditino ao Hospital

Existiu porém continuidade entre o hospital beneditino e o Hospital que se desenvolveu depois de 1099? Os beneditinos, expulsos da cidade no momento do assalto, voltaram em seguida à Santa Maria Latina. As condições haviam mudado: de um lado, encontraram diante deles, no Santo Sepulcro, um patriarca e 20 cônegos; de outro, crescera o número de peregrinos a serem alojados. Segundo Michael Matzke, que se apóia nos primeiros atos de doações preservados, o papa Urbano II teria, depois do concílio de Clermont, preparado a fundação de um hospício independente e as primeiras doações feitas no Ocidente a esse hospício teriam tido como motivo o financiamento do esforço dos cruzados ao longo das estradas seguidas pelos peregrinos. O estabelecimento de um hospício independente em Jerusalém entrava no plano de apoio a esses peregrinos de tipo novo que eram os cruzados. Trata-se apenas de uma hipótese. É possível que o papa, que em Clermont se dizia mestre-de-obras da cruzada, tenha desejado um estabelecimento hospitalar sob seu controle direto; porém, daí a elaborar um projeto tão elaborado como o apresentado por Matzke, existe um passo que, por exemplo, A. Luttrell não dá.¹¹

Assim é que, depois da tomada de Jerusalém, Gerardo empreendeu a construção de um novo hospital, maior, e, ao mesmo tempo, adquiriu a igreja vizinha de São João Batista, libertando o novo estabelecimento da tutela beneditina. Quando? Em 15 de fevereiro de 1113 Pascoal II, com a bula *Pie*

postulatio voluntatis, reconheceu o Hospital como estabelecimento independente colocado diretamente sob a proteção do papa. Essa bula criava uma ordem internacional filiando a ela os hospícios criados na Europa.¹² Esse texto infelizmente não diz palavra sobre as decisões de Gerardo. Certamente existiu um vínculo entre a construção do novo hospital, a ruptura com os beneditinos e — caso tenha acontecido nesse momento — a mudança de padroeiro: são João Batista era seguramente mais prestigioso e bem mais conhecido dos peregrinos ocidentais que o são João Esmoler da primeira homenagem. No mesmo movimento, os hospitalários teriam abandonado a regra de são Bento que até então seguiam para adotar a regra de santo Agostinho ou, pelo menos, hábitos fortemente agostinianos que mais tarde seriam integrados na regra de Raimundo de Le Puy, a verdadeira regra da ordem.¹³ Mas a bula de Pascoal II também silenciava nesse ponto. Mas não importa: tudo isso é coerente com o fato de os hospitalários se encontrarem então na órbita do Santo Sepulcro.

Os cônegos do Santo Sepulcro eram ainda (até 1114) cônegos seculares. As relações entre os irmãos do Hospital de Gerardo e os cônegos não eram relações de dependência. Os hospitalários eram leigos, tendo até 1099 seguido os ofícios religiosos dos monges-clérigos de Santa Maria Latina. Porém, depois de 1100, pediram aos cônegos do Santo Sepulcro permissão para celebrar os ofícios religiosos em sua igreja de São João Batista.¹⁴

Essa proximidade, geradora de confusão, explica a ambigüidade da formulação dos atos de doação no Ocidente em todos os primeiros anos do século XII. Os doadores dirigiam-se indiferentemente a Deus, ao Santo Sepulcro, a São João ou ao Hospital de Jerusalém. Como o conde Sancho de Astarac que, antes de 1110, fez doações a Deus, ao Santo Sepulcro e hospital de Jerusalém (*Deo et sancto Sepulcro et hospital Iherusalem*); ou o arcebispo de Arles, Hatton (entre 1118 e 1126), que doou a Deus e são Batista e ao Hospital do Santo Sepulcro e aos pobres do dito hospital (*Deo et sancto Johanni Baptiste et ospitali sancti Sepulcri et pauperibus ipsius ospitalis*).¹⁵ O cronista Alberto de Aix aponta um documento particularmente interessante para ilustrar a percepção ocidental da interação das tarefas religiosas, militares e caritativas em torno dos peregrinos: trata-se de uma doação de 1.000 besantes* feita por Rogério de Apúlia, irmão de Boemundo, príncipe de Antioquia, e dividida em três partes: uma, destinada aos cônegos do Santo Sepulcro porque faziam preces; a segunda, ao rei de Jerusalém por fazer a guerra; e a terceira, ao Hospital por suas ações caridosas.¹⁶ O rei personificava então a missão militar que mais tarde caberia ao Templo.

* Besante: moeda bizantina de ouro ou prata. (N.T.)

Em 1113, o Hospital foi reconhecido como ordem de caridade internacional, independente dos beneditinos bem como dos cônegos do Santo Sepulcro. Não era em nada uma ordem militar, mas a pergunta foi feita: já não havia cavaleiros ligados ao Hospital? Não havia armas e cavalos? Os irmãos do Hospital não se contentavam em alojar os peregrinos; já os acompanhavam ao longo dos caminhos e os defendiam com as armas.¹⁷ Existe aí uma nova ambigüidade e, para considerá-la, é preciso voltar ao Santo Sepulcro.

Prototemplários, Santo Sepulcro e Hospital

Em 1112-14, foi tudo esclarecido. Em 1112, o papa homologava a abadia beneditina de Santa Maria Latina e seus costumes, consumando assim a ruptura com o Hospital, ocorrida provavelmente desde 1110. O Hospital tornara-se, como vimos, independente em 1113; e, em 1114, o patriarca de Jerusalém atribuía aos cônegos do Santo Sepulcro a regra de santo Agostinho, constituindo assim uma comunidade de cônegos regulares. O papa Calisto II ratificou a decisão em 1122.¹⁸ A função litúrgica e a função caritativa eram agora claramente identificadas nas duas organizações religiosas internacionais, a ordem dos cônegos regulares do Santo Sepulcro e a ordem do Hospital.

Homens de armas gravitavam na órbita do Santo Sepulcro, formando uma espécie de confraria de leigos, ou de ordem terceira, associada aos cônegos. Alberto de Aix assinala que em 1101 o patriarca havia recrutado, entre os cruzados que provavelmente lá ficaram, 30 cavaleiros a soldo para defender o Santo Sepulcro — entendamos com isso suas muralhas, seu sítio e seus bens (oriundos das doações de Godofredo de Bouillon e de Balduino I).¹⁹ Não se tratava de uma ordem militar. Eram cavaleiros a serviço do Santo Sepulcro, como havia cavaleiros a serviço de São Pedro em Roma. Estavam todos sob a tutela dos cônegos e de seu prior (e não de um deão, termo geralmente empregado) e foi provavelmente entre eles que foram recrutados os primeiros templários.

Três autores nos informam sobre essa origem: Guilherme de Tiro (1130-85), arcebispo, chanceler do reino de Jerusalém, historiador — um dos maiores da Idade Média; Tiago de Vitry (1160/70-1240), bispo de Acre, cuja *Historia orientalis* é fortemente inspirada pela obra do precedente; Ernoul, cujo texto está inserido na crônica de Bernardo Tesoureiro redigida no primeiro quarto do século XIII. Ernoul era um cavaleiro a serviço de Baliano de Ibelin, que negociou a retomada de Jerusalém com Saladino em 1187, e seu texto se apresenta como uma continuação da história de Guilherme de Tiro, que não passa do ano de 1184. No entanto, a partir do segundo capítulo, Ernoul interrompe seu relato para contar a origem dos templários, quando

Guilherme de Tiro já havia consagrado um capítulo a esse tema.²⁰ Esse capítulo difere do resto do texto de Ernoul na forma e do de Guilherme de Tiro no conteúdo. O que imprime força à hipótese de A. Luttrell segundo a qual Ernoul teria utilizado um texto anterior, que poderia inclusive ser datado de antes de 1127 e do périplo de Hugo de Payns (fundador do Templo) pela Europa.²¹ Cito esse importante texto:

Quando os cristãos conquistaram Jerusalém, um número bastante grande de cavaleiros se reuniu no templo do Sepulcro e muitos para lá se dirigiram vindos de todas as terras. E obedeciam ao prior do Sepulcro. Houve bons cavaleiros rendidos [no sentido de dados, doados, que se doaram como confrades ou outra coisa ao Sepulcro]. Aconselharam-se entre si e disseram: “Deixamos nossas terras e nossos amigos, e aqui viemos para elevar e exaltar a lei de Deus. E paramos aqui para beber e comer e para gastar sem nada fazer. Não agimos nem fazemos ações armadas, ao passo que isso se faz necessário na Terra. E obedecemos a um sacerdote e não fazemos ações armadas. Aconselhemo-nos e façamos um de nós o Mestre que, na ausência de nosso prior, nos conduzirá à batalha quando se fizer necessário.”

Segundo esse texto, aqueles que iriam fundar a ordem do Templo saíam do círculo dos *milites sancti Sepulcri* e recebiam soldo dos cônegos para ficarem a seu serviço. Entre eles, embora Ernoul não cite nome algum, muito provavelmente figurava Hugo de Payns, senhor de Montigny, na Champagne. Payns situa-se na margem esquerda do Sena, a uma dezena de quilômetros ao norte de Troyes. Hugo era casado e tinha vínculos estreitos com a família dos condes da Champagne, assim como com a de Montbard, família da mãe de São Bernardo. Partiu em cruzada com o conde Hugo da Champagne em 1104 e voltou cerca de 1108. Partiu novamente, sempre com Hugo, em 1114; e dessa vez ficou.²² Entrou a partir desse momento no serviço do Santo Sepulcro? Ou só o fez depois da partida do conde? O fato é que, nas obras de Guilherme de Tiro e de Tiago de Vitry, Hugo de Payns e Godofredo de Saint-Omer aparecem entre aqueles cavaleiros que contestavam a tutela dos cônegos do Santo Sepulcro, almejando agir e combater. O que é apoiado pelo texto de Ernoul: a estrutura da confraria formada junto ao Santo Sepulcro não era mais adaptada.

Há razões para pensar que esses cavaleiros ligados ao Santo Sepulcro estavam alojados no vizinho Hospital. Ernoul escreve efetivamente que, uma vez adquirida a independência dos cavaleiros, “o Hospital deu novo impulso ao Templo e lhe entregou seu *relief*” [direito sobre feudos] e o emblema

* *Relief*, além de “direito sobre feudo”, significa também “restos de comida”, como se verá logo a seguir. (N.T.)

conhecido como emblema do Baucent". Até o século XIII os templários recebiam dos hospitalários uma esmola, ou restos de sua mesa (o *relief* do texto de Ernoul): "Depois foi mestre Gui de Châteauneuf ... em cuja época o Templo detinha o *relief* do Hospital. E ele o comprou do mestre do Templo que era seu irmão pelo preço de um cavalo." Gui de Châteauneuf foi mestre do Hospital de 1243 a 1258, mas o texto o confunde com um predecessor, Garin de Montaigu, mestre de 1207 a 1228, e cujo irmão, Pedro, foi efetivamente mestre do Templo de 1219 a 1232. Aubri des Trois-Fontaines escreve, antes de 1241, que "é uma maravilha que a ordem da cavalaria do Templo receba uma esmola dos irmãos do Hospital".²³

Um grupo de cavaleiros rompeu portanto os vínculos que os uniam aos cônegos do Santo Sepulcro e, ao mesmo tempo, a seu "alojador", o Hospital. O rei e o patriarca aprovaram; o prior do Santo Sepulcro, diretamente envolvido, aceitou. Esses cavaleiros formaram um grupo independente de religiosos leigos submetidos aos votos monásticos de obediência, castidade e pobreza e incumbidos da missão de proteger os peregrinos e defender a Terra Santa por meio das armas. Isso, depois que os cônegos se tornaram cônegos regulares, depois que os hospitalários de São João, os templários, como iriam se chamar, se emanciparam por sua vez do "*consortium* agostiniano" de Jerusalém (a expressão é de Kaspar Elm).²⁴

O relato que propus, a partir dos dados reunidos e analisados por Alain Beltjens, Jean-Pierre de Gennes e Anthony Luttrell já citados, mas também por Francesco Tommasi,²⁵ permanece em parte apoiado em hipóteses. Estas podem parecer muito sedutoras, mas não desprezam nem rejeitam nenhuma fonte. Caso as aceitemos, podemos sugerir que, em torno da idéia de ajuda aos peregrinos e à Terra Santa, três ordens religiosas se formaram, cada uma especializada em uma função própria: litúrgica para os cônegos, beneficente para os hospitalários, militar para os templários. O Hospital é reconhecido em 1113, os cônegos em 1114. Já o Templo é fundado em 1120, mas reconhecido apenas em 1129. A questão era de fato complexa, já que se tratava de aceitar uma ordem de religiosos combatentes. Uma novidade total na época.

A gestação do Templo

Guilherme de Tiro nos dá duas referências para datar os primórdios dos templários. Escreve que "ao longo do nono ano (de existência do Templo) e por ocasião do concílio que se realizou na França, em Troyes ... instituiu-se uma regra para eles ..." etc. O prólogo da regra do Templo acrescenta outra:

Entre as preces de mestre Hugo de Payns, sob o qual a abaixo citada cavalaria teve sua origem pela graça do Espírito Santo, reuniram-se em Troyes [clérigos] de

diversas províncias do outro lado das montanhas, na festa de monsenhor santo Hilário, no ano da Encarnação de 1128, o nono ano do começo da acima citada cavalaria.²⁶

Rudolf Hiestand demonstrou de maneira convincente que o concílio de Troyes havia se reunido em 13 de janeiro de 1129 — e não de 1128, uma vez que então era utilizado na Champagne o estilo da Anunciação, que fazia o ano começar em 25 de março —, situando a fundação do Templo no ano de 1120 (nove anos antes), mais precisamente entre 14 de janeiro e 14 de setembro de 1120.²⁷ A iniciativa de Hugo de Payns, que se deu no ano seguinte à terrível derrota do *Ager sanguinis* (28 de junho de 1119) no principado de Antioquia, foi encorajada pelo rei Balduíno II, que concedeu então aos cavaleiros um edifício em seu palácio, instalado na mesquita al-Aqsa, construída sob o que remanesce do antigo Templo de Salomão. A nova ordem ganhou seu nome.

O início foi difícil. Guilherme de Tiro nos diz que ao cabo de nove anos eles eram apenas nove; isso é inverossímil, a ordem já tendo atraído poderosos personagens como Fulque, conde de Anjou, ou Hugo, conde da Champagne. Outra fonte, a crônica de Miguel o Sírio, diz que já eram mais numerosos.²⁸ No entanto é verdade que, sem reconhecimento da Igreja, a ordem não podia senão vegetar: ao contrário do Hospital, que então prosperava, o Templo não recebia doações.

A viagem de Hugo de Payns e de cinco de seus companheiros ao Ocidente em 1127-29 mudou a situação. Ele obteve do concílio de Troyes uma regra para sua ordem, e são Bernardo, a mais alta autoridade da Igreja da época, que teve papel ativo em Troyes, escreveu pouco depois o tratado — ou melhor, sermão — *De laude novae militae* (*Elogio da nova cavalaria*) para exaltar a missão da nova ordem. O périplo realizado por Hugo antes e depois do concílio, na França e na Inglaterra, foi duplamente frutífero: por um lado, começou no Ocidente um prodigioso movimento de doações piedosas em benefício do Templo; por outro lado, a se acreditar em Guilherme de Tiro, “vê-se retornar a Jerusalém Hugo de Payns, o primeiro mestre da cavalaria do Templo e alguns outros homens religiosos ... Eles foram seguidos por uma grande massa de nobres, vinda para o reino pela fé de suas palavras”.²⁹ No final do ano de 1129, pela primeira vez, templários participaram de um combate perto de Damasco.

A militarização do Hospital

1120-29. Nove anos; nove anos para ser reconhecida; nove anos para impor a uma ordem religiosa a prática de uma função guerreira. A sociedade cavalei-

resca estava preparada para compreender essa inovação, mas muitos clérigos mostraram-se reticentes, até mesmo hostis. O próprio são Bernardo hesitou. Essas reservas e críticas foram questionadas por historiadores da escola antropológica com vistas a fundamentar sua hipótese de que o conceito de guerra santa teria sido inspirado no islã e, por conseguinte, de uma influência de uma instituição do islã, o *ribat*, na criação da ordem religioso-militar. Problema complexo, que tomei partido de tratar em sua globalidade na conclusão deste livro. Pois, tenha ou não havido um “modelo”, a ordem religioso-militar tal como a conheceu o Ocidente cristão, seu conceito de certo modo, nasceu em Troyes. Isto significa dizer que a ordem do Templo foi a primeira ordem religioso-militar e que a existência de uma outra ordem desse tipo era inconcebível antes de 13 de janeiro de 1129. Os argumentos apresentados para comprovar uma transformação, anterior a essa data, da ordem do Hospital, em ordem militar são pouco convincentes. Antecipa-se a presença de um comandante supremo [*connétable*] na ordem para 1126, mas isso significava que a ordem possuía cavalos e estrebarias, não que era militar.³⁰ A bula de Inocêncio II de 1131 a que se alude é um embuste forjado nos anos 1180 e que copia a bula *Milites Templi* (esta autêntica), dirigida por esse mesmo papa aos templários.

O fato de que, muito cedo, se tenha confiado aos hospitalários a guarda dos castelos é um argumento mais sério mas não tão significativo como parece. Em 1136, o rei de Jerusalém Fulque (trata-se do conde de Anjou que foi à Palestina em 1129 com Hugo de Payns) confiou a proteção do castelo de Bethgibelin — construído para bloquear Ascalão, sempre nas mãos dos egípcios — aos hospitalários. Um pouco mais tarde, em 1142, o conde de Trípoli doava o então modesto castelo do Crac aos hospitalários. Tornara-se por isso a ordem do Hospital uma ordem militar? Nada prova que a guarda desses castelos tenha sido confiada a irmãos hospitalários: a ordem de fato podia pedir socorro a homens de armas isolados. Um castelo, tanto na Terra Santa como em outros lugares, não tinha senão função militar — além de ser a sede de um poder que se estendia a homens de um território a ser colonizado, vigiado, explorado.³¹ Senhor eclesiástico, o Hospital podia muito bem utilizar cavaleiros. Guilherme de Tiro fala de um certo Renaud, dito o Bispo, “primicério da cavalaria de são Jorge, cavaleiro corajoso e célebre por suas ações militares”.³² Existiu por isso uma ordem militar de São Jorge? O primicério era o chefe de um corpo de guerreiros e tratava-se simplesmente do contingente fornecido pelo bispo de São Jorge, de Lida, ao exército real a título de ajuda feudal.³³ O Hospital pôde portanto ser solicitado pelo rei, assim como pelos cônegos do Santo Sepulcro ou os bispos de Lida, a participar da defesa e do povoamento do reino (não esqueçamos que o Hospital, como instituição de

caridade, existia há muito tempo). Na Espanha, no reino de Aragão, o Hospital não foi considerado ordem militar antes de 1149, ao contrário do Templo, que, desde os anos 30, estava engajado nos combates da Reconquista e na guarda dos castelos na fronteira.³⁴ No reino de Jerusalém, aliás, o Templo só aderiu ao bloco de Ascalão em 1149, quando lhe foi confiada a guarda de Gaza. Mesmo na rota de Jafa para Jerusalém, onde exercia principalmente sua função de proteção aos peregrinos, as torres e castelos de Casal des Plains, Toron des Chevaliers e Chastel Arnoul não parecem estar em sua posse antes da segunda metade do século XII.³⁵ O Templo, em contrapartida, desde 1135-40 se viu responsável pelo controle de uma fronteira no norte do principado de Antioquia. De todo modo, a posse de castelos não me parece um critério de militarização.

A militarização do Hospital só é evocada nos textos “oficiais” tardiamente, uma vez que somente nos estatutos de Rogério des Moulins, de 1182, encontra-se menção a cavaleiros e sargentos. As estruturas militares da ordem foram descritas pela primeira vez nos estatutos de Margat de 1203-6, nada impedindo porém a existência de textos anteriores, perdidos depois. O papa Alexandre III por duas vezes — em 1168-70 e em 1178-80 — lembrou os hospitalários sua missão principal — o cuidado dos peregrinos —, pedindo-lhes que não participassem de ações militares, exceto quando o rei de Jerusalém os convocasse para a defesa do reino.³⁶ O mestre Gilberto de Assailly engajou maciçamente os hospitalários nas campanhas do Egito empreendidas pelo rei Amauri I entre 1164 e 1169. Não há dúvida portanto de que naquele momento o Hospital tornou-se ordem militar. Quanto a saber desde quando, isso me parece bem dispensável. Os historiadores dividiram-se entre aqueles que datavam tardiamente (c.1160) essa militarização e aqueles que a situavam precocemente (c.1136, até antes). Uma coisa é certa: só pôde sê-lo depois de 1129. Depois do Templo.

A ordem de São Lázaro

A lepra era uma doença endêmica na Idade Média, tanto no Ocidente como no Oriente. Em geral os doentes eram isolados, mas nem sempre (p.ex., o rei de Jerusalém Balduíno IV (1174-84) conseguiu reinar a despeito de sua doença). Em Jerusalém, os leprosos eram tratados numa casa situada fora das muralhas, perto da porta de Santo Estêvão, colocada sob a invocação de São Lázaro, como a maioria dos leprosários do Ocidente. Acolhia todos os doentes, qualquer que fosse sua condição social, mas sobretudo nobres.³⁷ Na verdade, quaisquer cavaleiros atingidos pela lepra deviam ir para lá a fim de se

tratarem, e essa prática valia para os membros das ordens militares. Mas isso não implicava nenhuma obrigação, como provam esses dois artigos tardios (já que datam dos anos 1260) dos *retrais** do Templo, que aconselhavam, sem impô-lo, aos irmãos leprosos a irem para São Lázaro: “Quando acontece a um irmão de, pela vontade de Nosso Senhor, tornar-se leproso e a coisa ficar provada, os vogais da casa devem preveni-lo e rogar-lhe para que peça licença da casa e dirija-se a São Lázaro para ali vestir o hábito dos irmãos de São Lázaro.” Era desejável que o doente tomasse a iniciativa por si só; caso não desejasse deixar a ordem do Templo, era-lhe permitido, mas então viveria separado dos outros irmãos.³⁸

A presença de cavaleiros leprosos que haviam previamente pronunciado votos perpétuos numa ordem militar, aliada ao caráter nobiliário do recrutamento, está provavelmente na origem da transformação de São Lázaro em ordem militar. É contudo impossível precisar uma data para isso. Na documentação existente foi preservado o fragmento de um cartulário** da ordem de São Lázaro cujos 40 atos se espalham de 1130 a 1248.³⁹ São atos de doação de terras, de igrejas, direitos na Terra Santa. Dirigiam-se aos “irmãos” ou à “casa dos doentes de São Lázaro”, ou ainda, em 1185, à “Fraternidade dos Leprosos da Casa de São Lázaro em Jerusalém”.⁴⁰ O único ato que poderia estar ligado a uma ação militar não é conclusivo: em 1164, o rei Amauri I concedeu à igreja de São Lázaro um escravo não cavaleiro [sic] a ser tomado entre os prisioneiros de cada expedição ou cavalgada feita sob sua direção, ele próprio reservando para si 10 escravos.⁴¹ É preciso no entanto assinalar a presença freqüente, entre as testemunhas que subscreviam os atos referentes a São Lázaro, de templários. André de Montbard, por exemplo, senescal e depois mestre do Templo (1153-56), ali figura muitas vezes. A ordem de São Lázaro aliás manteve, ao longo dos séculos XII e XIII, um vínculo privilegiado com a ordem do Templo.

Os cavaleiros de São Lázaro participaram dos combates de La Forbie (1244) e de Mansura (1250) e sofreram pesadas perdas;⁴² Joinville cita também o fracasso do mestre de São Lázaro perto de Ramala em 1252; ele partira com “sua batalha” para se apoderar de um rebanho, mas foi atacado na volta pelos sarracenos, não sobrevivendo “de toda sua gente ... senão quatro”.⁴³ Os atos pontifícios de 1234 e 1248 foram inequívocos: no primeiro, Gregório IX evocou as dívidas que a ordem acumulou em razão de sua ação em favor do

* *Retrais*: espécie de cláusula ou artigo acrescentados à regra do Templo. Ver explicação mais detalhada no capítulo 5. (N.T.)

** Cartulário: livro manuscrito de que constavam os privilégios e títulos de uma pessoa, comunidade, convento, igreja ou corporação. (N.T.)

apoio à Terra Santa;⁴⁴ e, em 1248, Inocêncio IV reduziu os privilégios das quatro ordens militares em atividade na Terra Santa: São Lázaro era mencionada ao lado do Templo, do Hospital e dos teutônicos.⁴⁵ Um pouco mais tarde, em 1256, Alexandre IV falava de um “convento de nobres, ativos cavaleiros e outros, leprosos ou não, que existe com o objetivo de rechaçar os inimigos do nome cristão”.⁴⁶

É perfeitamente possível pensar que a ordem de São Lázaro tenha sido, como o Templo e o Hospital, uma ordem de recrutamento internacional. O rei Luís VII, de volta da segunda cruzada, dotou-a de bens e de proventos em Boigny, no Berry, que se tornou mais tarde, quando a ordem deixou a Terra Santa, sua nova sé. Possuía também bens na Inglaterra.

Iniciativa de toda a cristandade, a defesa de Jerusalém e dos Estados latinos dizia respeito a todos os cristãos. Era portanto lógico que as ordens nascidas na Terra Santa fossem internacionais. No entanto, depois da perda de Jerusalém em 1187, novas ordens foram criadas na Terra Santa, e essas tinham forte caráter nacional.

Ordens militares “nacionais” na Terra Santa

A iniciativa mais bem-sucedida foi a dos alemães, mas sua história inicial é complexa.⁴⁷

Dois cruzados alemães fundaram “um hospital para acolher os alemães pobres e doentes” por volta de 1118 ou, segundo o cronista João de Ypres, 1127-28.⁴⁸ Em 1143, o papa Celestino II recuperou o estabelecimento e a confraria que asseguravam o funcionamento da ordem do Hospital. As escavações de 1967 trouxeram à luz as ruínas da igreja de Santa Maria dos Alemães e seus anexos hospitalares. Era uma magnífica igreja romana que João de Würzburg assim descreveu por volta de 1165: “Na mesma rua que leva à casa do Templo encontra-se um hospital, com uma capela em vias de reconstrução, em honra de santa Maria e que se chama casa dos alemães.”⁴⁹ Um prior dirigia o estabelecimento.

Naturalmente, esse hospital desapareceu em 1187, mas os direitos de seus benfeitores seriam protegidos por uma carta do papa Clemente III de 6 de fevereiro de 1191. Quando começou o cerco de Acre, a partir do outono de 1189, dois cruzados, mercadores de Bremen e de Lübeck, fundaram um hospital de campanha e, uma vez reconquistada a cidade, instalaram-no próximo à porta de São Nicolau. Ninguém então o associava ao hospital alemão de Jerusalém. Em 21 de dezembro de 1196, o papa Celestino III concedeu

privilégios ao novo hospital, além de reconhecer sua autonomia em relação à ordem do Hospital,⁵⁰ que protestou.

Em 1197, morria o imperador e rei da Sicília Henrique VI, prestes a partir em cruzada. Cruzados alemães no entanto chegaram a Acre e, em fevereiro de 1198, seus líderes, reunidos na casa do Templo com as principais autoridades leigas e eclesiásticas do reino, pediram e obtiveram a transformação desse hospital dos alemães em ordem militar. Recebeu então uma regra mista: a do Templo para suas atividades militares e sua vida conventual, a dos hospitalários para suas atividades de caridade. O papa Inocêncio III aceitou essa transformação em 19 de fevereiro de 1199: "... e especialmente também que em vossa igreja segui os usos dos templários em matéria religiosa e militar e os dos hospitalários para os pobres e os enfermos."⁵¹

Os primeiros passos do "Hospital Santa Maria dos Teutônicos em Jerusalém" foram difíceis. A ordem do Hospital (de São João) reivindicou sua tutela até 1258.⁵² O real início da nova ordem só se deu com a mestria de Hermano de Salza, o quarto mestre (1210-1239), que, homem de talento e diplomata incomparável, teve a habilidade de ligar sua ordem aos interesses da dinastia dos Staufen e do imperador Frederico II. Ao participar de uma cruzada, Frederico II obteve do sultão al-Kamil a restituição de Jerusalém aos cristãos (1229) e devolveu aos teutônicos a antiga igreja de Santa Maria dos Alemães. A sé da nova ordem permaneceu todavia em Acre; mais tarde, depois de 1130, no castelo de Montfort.

A ordem de "São Tomás mártir de Acre" pode ser considerada uma ordem nacional inglesa. Originalmente, se tratava de uma ordem de cônegos regulares, fundada em homenagem a Tomás Becket, em Acre. O cronista Raul de Dicet, que escreveu no final do século XII, afirma que seu próprio capelão, que havia feito o voto de fundar a ordem, se tornou seu primeiro prior. Na verdade, é preciso ver aí uma iniciativa de Ricardo Coração de Leão, que invocara com sucesso o socorro do santo no momento de uma tempestade que então se abatia sobre a Síria.⁵³ Os cônegos da "casa do Hospital São Tomás mártir de Acre" tinham como tarefa cuidar dos pobres e se ocupar da libertação dos cristãos cativos.⁵⁴

O estabelecimento recebeu alguns benefícios na Inglaterra (uma casa em Londres em aproximadamente 1220), mas havia estagnado em Acre. Os benfeitores da Terra Santa não estavam mais interessados tanto por fundações desse gênero, apesar do prestígio de seu padroeiro, Tomás Becket; a concorrência das ordens militares era de fato fortíssima. O bispo de Winchester, Pedro des Roches, que passava uma temporada no Oriente no final dos anos 20 do século XIII, ao constatar a incúria dos cônegos e a pobreza da ordem, reformou-a e decidiu transformá-la em ordem militar. Impôs-lhe a regra dos

teutônicos, afirmando com isso a manutenção de sua vocação beneficente. Essa transformação se deu por volta de 1127-28. A ordem assim militarizada deixou então sua casa a leste de Acre para se instalar no bairro de Montmusard, no norte da cidade. O papa Gregório IX aceitou essa evolução em 6 de fevereiro de 1236.⁵⁵

Em função de ter permanecido essencialmente inglesa, a ordem não decolou, e pretendeu-se integrá-la à ordem do Templo. O rei Henrique III antes (1271-72) e a casa da ordem em Londres depois (1291) recusaram-se a isso. A queda de Acre acarretou sua transferência para Chipre, onde subsistiu por algum tempo.⁵⁶ A ordem não desapareceu, mas perdeu seu caráter militar.

Mencionemos, para concluir, as tentativas feitas por ordens militares fundadas na Europa de se implantarem na Terra Santa. Foi o caso de duas ordens espanholas: Santiago e Montjoie. Em setembro de 1180, o príncipe Boemundo III de Antioquia ofereceu ao mestre de Santiago Pedro Fernández castelos e territórios em seu principado

sob condições tais que, a partir do presente mês de setembro e no ano que se seguirá, ele e irmãos de sua ordem venham se estabelecer e que, com a ajuda de Deus e do príncipe, possam conquistar as terras que lhes concedemos para conservá-las como feudo e herança por direito perpétuo.⁵⁷

Essa implantação permaneceu marginal. Quanto à ordem de Monjoie, fundada em cerca de 1174 em Aragão, recebeu doações da parte da rainha Sibila no reino de Jerusalém a partir de 1177. Talvez por essa razão tenha recebido o nome de “Cavalaria de Santa Maria de Montjoie em Jerusalém”. Montjoie era a colina de onde os peregrinos descortinavam, maravilhados, a cidade santa. Os primeiros historiadores da ordem se aproveitaram dessa coincidência para fazê-la nascer em Jerusalém. Era evidentemente bem mais prestigioso que Alfambra, seu primeiro, mas real, berço em Aragão!⁵⁸

Capítulo 3

Península Ibérica: ordens militares específicas

Em 1096, no momento em que a primeira cruzada se pôs em marcha, os pequenos reinos cristãos da Espanha, ajudados às vezes por cavaleiros vindos do outro lado das montanhas, estavam empenhados há dois ou três séculos na reconquista dos territórios da Península ocupados pelos árabes. O paralelismo entre a cruzada do Oriente e a guerra santa da Espanha (a *Reconquista*) pareceu evidente aos olhos dos contemporâneos e a Espanha tornou-se assim um terreno de implantação e de experimentação de ordens militares.

A *Reconquista*¹

Em 711, tropas muçulmanas vindas da África do Norte invadiram praticamente toda a Península Ibérica, pondo fim ao reinado visigótico. Apenas pequenos reinos cristãos subsistiram na Cordilheira Cantábrica (Astúrias-Galícia) e nos Pireneus (Navarra, Aragão). É preciso acrescentar a esses o condado de Barcelona, formado depois da tomada de Barcelona por Carlos Magno em 804. Quanto à Espanha muçulmana ou “al-Andalus”, formou o emirado, depois, em 929, o califado de Córdoba, que brilhou intensamente durante algumas décadas, antes de se decompor no primeiro terço do século XI em três dezenas de pequenos domínios autônomos, os reinos de *taifas**.

A reconquista cristã começou muito cedo no Noroeste, nos espaços desolados da bacia do Douro (Douro) e do elevado vale do Ebro entre a Cordilheira Cantábrica e a cordilheira central, com os cristãos empreendendo aí incursões profundas e rápidas (são as *algarades*) em Salamanca ou Segóvia. Uma “fronteira” constituiu-se no vasto *no man's land* que separava os reinos cristãos

* Sob esse nome designa-se o período de meados do séc.XI, época da fragmentação da Espanha muçulmana, depois da queda do califado em 1031. (N.T.)

e al-Andalus. No Nordeste, em contrapartida, a Espanha cristã permaneceu por muito tempo confinada nos altos vales pirenaicos.

O ritmo da Reconquista se acelerou no século XI. Em 25 de maio de 1085, o rei de Castela e Leão, Alfonso VI, entrou em Toledo, capital histórica da Espanha visigótica. Mas no mesmo ano, os almorávidas, originários dos confins saarianos do Sul marroquino invadiram a Espanha. Esses puritanos do islã quiseram restabelecer a fé muçulmana que os reis de *taifas* haviam deixado se deteriorar e corromper. Em 23 de outubro de 1086, Alfonso VI foi derrotado em Zallaca (ou Sagradas), conseguindo porém conservar Toledo. O confronto com o islã deslocou-se então para nordeste; se a conquista de Valência por El Cid não foi duradoura, em compensação os cristãos garantiram o vale médio do Ebro com a tomada de Barbastro em 1101 e sobretudo de Saragoça em 1118. Enfim, em 1148, a tomada de Tortosa devolveu aos cristãos o baixo vale do Ebro. No ano precedente, Lisboa caíra nas mãos dos cristãos.

O poder almorávida declinou muito rapidamente. Os almôadas, originários do Atlas marroquino, invadiram por sua vez a Espanha e, em duas décadas (1154-76), tornaram-se senhores de al-Andalus. Empreenderam então uma Reconquista às avessas à custa dos cristãos, com os castelhanos recuando e sofrendo severa derrota em Alarcos em 1195. A unidade dos reinos cristãos foi em parte realizada, e Castela, Aragão-Catalunha, Navarra (mas não Leão) conseguiram uma vitória decisiva em Las Navas de Tolosa em 16 de julho de 1212, aniquilando o poder almôada e abrindo à Reconquista toda a Espanha meridional.

A idéia de utilizar as ordens militares da Terra Santa na Reconquista vinha desde os anos 1130. Mas, a seu lado, na época do confronto com os almoâdas, os soberanos espanhóis favoreceram a formação de novas ordens militares, dedicadas acima de tudo à obra da Reconquista. Apareceram então sucessivamente as ordens de Calatrava, Santiago, Alcântara e Avis.

Antecedentes? Confrarias e *ribat*

Uma tradição historiográfica que remonta a José Antonio Condé, que escrevia em 1820, retomada nesses últimos anos sob uma nova perspectiva antropológica, considera que a ordem religioso-militar cristã, em seu radical ineditismo, teve suas características principais calcadas em uma estrutura religiosa e militar muçulmana já antiga, o *ribat*.² Tomei o partido — e já o disse — de adiar o exame dessa tese para a conclusão do livro, a fim de poder estudá-la em sua globalidade.

No entanto é necessário, neste capítulo consagrado às ordens militares instaladas em solo ibérico, evocar rapidamente a definição de *ribat* na qual se apóiam J.A. Condé e aqueles que o seguem para que o leitor fique atento a certas semelhanças e certos paralelismos entre *ribat* e ordens militares cristãs estabelecidas na Espanha cristã.

O *ribat* é geralmente definido como uma espécie de convento militar muçulmano instalado nas fronteiras do *dar al-islā* (a casa do islā) que acolhe voluntários piedosos que iam fazer um retiro temporário, embora operando militarmente sob a direção de um veterano (*sheikh*). É preciso questionar acerca da pertinência dessa definição. Ora, existiam nos reinos cristãos, antes da instalação das ordens militares da Terra Santa, confrarias de cavaleiros (havia estruturas similares nas cidades) reunidas no espírito de guerra santa para lutar contra o adversário muçulmano. Por exemplo, as confrarias de Monreal del Campo e de Belchita, fundadas em Aragão pelo rei Alfonso I o Batalhador.

A confraria de Belchita foi fundada em 1122, quatro anos depois da conquista de Saragoça pelos aragoneses, com o objetivo explícito de proteger, ao sul, a cidade contra possíveis tentativas de retomada por parte dos muçulmanos. O acesso à confraria era permitido a todo cristão, leigo ou clérigo, que quisesse defender o povo cristão ou servir Cristo durante toda a sua vida, ou que quisesse apenas servir por um ano. Os primeiros eram admitidos “depois de se terem confessado e sido absolvidos de todos os seus pecados, como se quisessem levar a vida de um monge ou eremita”. Os segundos recebiam “a mesma remissão de suas faltas que se tivessem ido à Jerusalém”.³ Existia claramente aí uma associação entre um engajamento religioso e uma ação militar, além da possibilidade de um serviço temporário, coisas que encontramos também no *ribat*. Mas a tradição cristã dos votos monásticos perpétuos prevaleceu, e esse tipo de confrarias desapareceu a partir do momento em que as ordens militares da Terra Santa se estabeleceram em Aragão: não se ouve mais falar de Belchita depois de 1136. Os historiadores favoráveis à idéia do *ribat* como modelo das ordens militares fazem de uma confraria como a de Belchita o elo entre o primeiro e as últimas, o que merece exame e discussão.

Mas sem fazer da resposta um prejudgamento, é preciso revelar certa especificidade da Península: as ordens militares propriamente espanholas, todas nascidas quando o Templo já estava implantado na Espanha, tiveram sua origem na confraria de cavaleiros do tipo de Belchita.

A apelo às ordens da Terra Santa

Jerusalém atraía os espanhóis da mesma maneira que aos outros ocidentais, e, ao conhecerem o Hospital, alguns deles ali se alojaram. Muito cedo, o estabe-

lecimento hospitalário de Saint-Gilles fez coleta de esmolas na Catalunha e, em Castela, a rainha Urraca, seu filho Alfonso VII, leigos — homens e mulheres — e um bispo figuraram entre os primeiros benfeitores da ordem entre 1113 e 1130.⁴

O Templo instalou-se em seguida, durante o périplo de Hugo de Payns pelo Ocidente: a rainha Teresa de Portugal doou, em 19 de março de 1128, o castelo de Sória “a Deus e à cavalaria do Templo de Salomão”;⁵ um outro ato, associando a rainha e nobres portugueses, concedia bens em todo o reino.⁶ Na outra extremidade da Península, em 1130-31, o conde de Barcelona, Raimundo Béranger III, doou o castelo de Granyena ao Templo, de cujo hábito ele teria sido investido pouco antes de sua morte.⁷ Em Aragão, o Templo tomou posse de Monreal del Campo, sé da confraria de cavaleiros formada alguns anos antes.⁸ Hugo Rigaud e Raimundo Bernard, agindo em nome do mestre da ordem, recolheram as doações e conseguiram formar a primeira província da ordem no Ocidente, a qual se estendia à Provença, ao Languedoc e à Espanha. Fato notável: em Portugal, com Sória; na Catalunha, com Granyena; em Aragão, com Monreal — o Templo recebia castelos situados na fronteira e era claramente identificado como uma ordem militar, o que ainda não era o caso do Hospital.

O testamento por meio do qual o rei de Aragão Alfonso I o Batalhador — que não tinha herdeiros diretos e cujo irmão Ramiro era monge — legou em 1131 (e ratificou em 1134) seu reino ao Templo, ao Hospital e ao Santo Sepulcro fez correr muito tinta. Tratou-se de um ato sincero? Não seria antes uma hábil manobra política, com o rei buscando apenas, com esse legado implausível, bloquear a iniciativa do papa desejoso de confiar o reino de Aragão ao rei de Castela? O testamento dava tempo de tirar Ramiro de seu convento e proclamá-lo rei — o que aconteceu.⁹ De todo modo, o texto do rei distinguia claramente as diferentes funções de cada ordem: “Deixo como meus herdeiros e sucessores o Sepulcro do Senhor que está em Jerusalém e aqueles que o guardam e ali servem a Deus, o Hospital dos Pobres de Jerusalém e o Templo de Salomão com os cavaleiros que ali velam pela defesa da cristandade. Aos três, concedo meu reino.”¹⁰ O testamento não foi consumado e as ordens da Terra Santa receberam uma compensação. O Templo, em particular, recebeu em 1143 os castelos de Monzón, de Chalamera e de Barberà. Quaisquer que tenham sido suas intenções, Alfonso o Batalhador obteve o engajamento do Templo na Reconquista. Presente na fronteira do reino muçulmano de Lérida, o Templo, depois de ter contribuído para a tomada de Almería em 1147, depois para a de Tortosa em 1148, se apoderou de Lérida no ano seguinte, antes de participar do cerco vitorioso de Miravet em 1152, obtendo assim uma parte importante na reconquista do baixo vale

do Ebro. Em Tortosa, o Templo recebeu a quinta parte do que coube ao rei. O Hospital, em contrapartida, não parece ter participado dessas operações militares, mas a concessão que lhe foi feita pouco depois da senhoria de Amposta indicava uma mudança.¹¹

Em Castela e em Leão — reinos ora unidos (1037-57), ora separados (1157-1230) — as primeiras implantações do Templo foram tardias. Por exemplo, em Leão apenas em 1146-48. Em Castela, o Hospital, já bem equipado, recebeu de Alfonso VII (1126-57) o castelo de Olmos em 1144, e o mesmo soberano iria confiar aos templários, três anos depois, a fortaleza muçulmana reconquistada de Kalaat-Rawa (Calatrava) no momento em que se esboçava a contra-ofensiva almôda. Mas — como iremos ver — os templários renunciaram à defesa e esse fracasso lhes trouxe graves conseqüências pois, mais tarde, nem Sancho III nem Alfonso VIII (1158-1214) lhes fariam doações em Castela. Os reis de Leão lhes dariam Cória em 1168, depois, mais tarde, Ponferrada, cujo atual castelo ainda atesta a importância passada da comendadoria.¹²

Os hospitalários conheceram em Castela história um pouco semelhante à dos templários: dotados em 1164 de Uclés, na proximidade de Cuenca então nas mãos dos muçulmanos, os hospitalários fracassaram em sua missão de reconquista e abandonaram o local (a ordem de Santiago foi estabelecida ali em seguida).¹³ Para eles as conseqüências foram menos graves, pois, como já estavam solidamente estabelecidos no Norte, onde a nobreza os beneficiava, dependiam menos da generosidade real. Além disso, o Hospital conseguiu extrair meios necessários para garantir sua presença na fronteira: quando, em 1183, o rei lhes concedeu o castelo de Consuegra ao sul de Toledo, os hospitalários ali se organizaram fortemente, fazendo dele um dos três pontos fortes da defesa castelhana contra os almôadas.¹⁴ O Templo, em contrapartida, surgido mais tarde, não tinha bases na retaguarda e, portanto, meios (a única comendadoria castelhana, Alcanadre, ficava na fronteira de Navarra), o que explica o desapontamento de Calatrava. Foi mais bem-sucedida em Leão, agarrando-se à Cória, perdida em 1174 mas logo recuperada.

A esse fracasso relativo das ordens da Terra Santa, e sobretudo da mais militar das duas, Castela respondeu de maneira original: criando suas próprias ordens.

Cîteaux e suas criações militares

Essas ordens nacionais foram patrocinadas, três dentre quatro, pela ordem de Cîteaux, que conheceu impulso prodigioso no século XII em toda a cristanda-

de. Na Espanha, porém, seu papel permanecera mais modesto, tendo ela intensificado sua influência por intermédio da ordem militar, na qual viu a forma monástica mais adaptável às condições da Península. Manteve uma política consciente de filiação, depois de integração, desses novos institutos.

Calatrava

Em janeiro de 1147, o rei Alfonso VII de Castela e Leão tomou a fortaleza muçulmana de Kallat-Rawa, na margem esquerda do Guadiana, a cem quilômetros ao sul de Toledo. Confiou a missão de defender esse posto avançado da reconquista cristã aos templários. O exército real, aliás, permaneceu presente. Mas em 1157, envolvido num conflito com o rei de Navarra, ao norte portanto, Alfonso VII desguarneceu sua frente sul e deixou os templários se virarem sozinhos diante da pressão almôada, que começou a se fazer sentir. Os templários não resistiram e pediram a Sancho III, sucessor em Castela de Alfonso VII, falecido em agosto de 1157, para serem eximidos de sua tarefa. Sancho III, de volta a Toledo por um breve momento, procurou em seu círculo alguns cavaleiros a fim de fazer a substituição, e foi um monge que ofereceu seus serviços: Raimundo Serra, um gascão, abade do convento cisterciense de Fitero, em Navarra. Raimundo teria sido levado a esse gesto por um de seus monges, ele próprio antigo cavaleiro.¹⁵ De novo em Navarra, em janeiro de 1158, Sancho publicou uma carta de doação

a Deus e à Santa Maria e à Santa Congregação dos Cistercienses e a Vós, senhor Raimundo, abade da igreja de Santa Maria de Fitero e a todos vossos irmãos ... da cidade que é chamada de Calatrava ... [para] defendê-la contra os pagãos inimigos da cruz de Cristo.¹⁶

Monges de Fitero, material, armas, rebanhos foram transferidos para Calatrava.

A audácia do abade rendeu frutos, pois muitos leigos o acompanharam e talvez também alguns templários pouco satisfeitos com a deserção de sua ordem.¹⁷ Tendo os muçulmanos adiado para mais tarde a ofensiva que preparavam sobre Calatrava, Raimundo teve tempo de organizar a defesa do setor. Em Calatrava coexistiam portanto monges cistercienses (monges de coro* e

* Coro: local da igreja, no recinto do altar-mor, onde cônegos e religiosos rezam em comum. (N.T.)

irmãos convertidos) e cavaleiros. Estes não formavam uma confraria leiga associada ao mosteiro (como será o caso nos primórdios das ordens de Avis e de Santiago): levavam no mosteiro, vestidos com o hábito cisterciense, uma vida conventual e militar idêntica à dos templários. Seguiam a regra beneditina segundo os costumes cistercienses, mas adaptada ao gênero de vida militar.

Temos dificuldades em seguir os primeiros passos dessa nova instituição entre 1158 e 1164. Joseph F. O'Callaghan, que confrontou os dados de uma crônica escrita no século XIII com as hipóteses de um antigo historiador da ordem, Francisco de Radès y Andrada, propõe o seguinte esquema.¹⁸

Com a morte do abade Raimundo, possivelmente em 1161, um conflito opôs os monges de coro aos cavaleiros; os primeiros elegeram um abade, os segundos um dos seus, para suceder Raimundo. Os cavaleiros levaram a melhor e os monges abandonaram Calatrava. O capítulo* geral da ordem cisterciense homologou essa transformação e recebeu na comunhão e nos benefícios da ordem o “venerável irmão García, mestre, e seus irmãos não como familiares, mas como verdadeiros irmãos [*non ut familiares sed ut vero fratres*]”. Encarregou as casas cistercienses da Espanha de determinar as grandes linhas de uma regra. O papa Alexandre III homologou esses fatos em 26 de setembro de 1164 com uma bula, ela também dirigida a “seus caros filhos García, mestre, e aos irmãos de Calatrava ... vivendo segundo a ordem dos irmãos de Cîteaux”.¹⁹ O papa colocava a nova ordem sob a proteção da Santa Sé e reiterava sua missão de defesa da fronteira contra os sarracenos e sua regra. Se a data de 26 de setembro é certa, a do capítulo de Cîteaux não é garantida. Sabemos que a ordem reunia seus capítulos gerais em Cîteaux no dia 14 de setembro. Como o papa se encontrava então em Sens, teve todo o tempo de ser informado das decisões do capítulo e de publicar sua bula no 26 de setembro seguinte. O'Callaghan acha contudo o procedimento muito precipitado e prefere situar em 1163 a atitude do capítulo cisterciense.

Paradoxalmente, uma fundação cisterciense resultava na criação de uma ordem militar pura, sem missão alguma beneficente ou hospitalar. Em suma, como o Templo. O'Callaghan julga que Calatrava é para os cistercienses a versão espanhola da nova cavalaria, cujo modelo havia sido o Templo.²⁰

A ordem de Calatrava enfrentou a ofensiva almôada. Depois da batalha de Alarcos, perdeu Calatrava e seu território, futuro *campo de Calatrava*. No mesmo momento, a ordem conheceu uma crise interna, com a tentativa de autonomia dos irmãos aragoneses que desejavam um mestre em Alcañiz. A

* Capítulo: assembléia de dignidades eclesiásticas e, por extensão, local onde eram realizadas. (N.T.)

reação dos irmãos de Castela foi audaciosa, uma vez que em 1199 se apoderaram da fortaleza de Salvatierra, situada ao sul de Calatrava, em plena zona reconquistada pelos almôadas, dela fazendo o quartel-general da ordem. O mestre designado em Alcañiz inclinou-se e a unidade da ordem foi preservada. Salvatierra caiu nas mãos dos almôadas em 1211, mas sua longa resistência permitira às forças cristãs prepararem a contra-ofensiva que resultou na vitória de Las Navas de Tolosa (a alguma distância de Salvatierra). Curiosamente, a fortaleza constituiu, até 1226, o último pólo de resistência dos muçulmanos no setor. Mas o castelo de Dueñas, a dois quilômetros dali, reconquistado pelo rei de Castela em 1213, foi imediatamente doado à ordem. Rebatizada Calatrava la Nueva, tornou-se um convento-fortaleza, sé central da ordem em uma data que se coloca entre 1217 e 1221.²¹

Alcántara

Os documentos referentes à história dos primeiros tempos dessa ordem são confusos e, se por um lado é necessário citá-lo, não nos fíemos em demasia ao relato feito em 1603 pelo ciester-ciense Bernardo de Brito em sua *Cronica de Cister*, uma vez que ali foram assinalados diversos erros e falsificações.²² Segundo ele, Suero, um cavaleiro de Salamanca, teria fundado uma confraria de cavaleiros estabelecida nas proximidades da igreja de San Julián del Pereiro. Esse local, que se tornou português, era então leonês. Suero teria em seguida obtido uma regra da parte do bispo de Salamanca, Ordoño, primeiro cister-ciense espanhol a ser bispo. Tudo isso é lendário, não sendo Ordoño bispo em 1156! Restam uma confraria, um lugar — Pereiro — e um documento do rei de Leão, Fernando II, datado de janeiro de 1176, que concedia bens a San Julián del Pereiro e a Gómez, “primeiro fundador da dita casa”.²³ Em 29 de dezembro de 1176, o papa Alexandre III colocava sob a proteção da Santa Sé “Gómez, prior de San Julián del Pereiro”, assim como os irmãos de San Julián e seus bens.²⁴ Finalmente, em 4 de abril de 1183, o papa Lúcio III escrevia “ao mestre e aos irmãos” de San Julián para lhes conceder total isenção do ordinário (isto é, da jurisdição episcopal) e lhes atribuir como missão a defesa da cristandade.²⁵

Observemos o emprego da palavra *mestre* em lugar do termo *prior*. O rei Fernando II utilizou-a também em uma carta de 27 de janeiro de 1185,²⁶ seu emprego significando portanto que a confraria dos cavaleiros de antes de 1176 é agora percebida como ordem militar. A regra desta devia ser, a seguirmos a carta de Lúcio III, a de São Bento sob a forma dos costumes de Cîteaux. É

possível que, a partir desse momento, Alcántara tenha se filiado a Calatrava. Com efeito, em novembro de 1187, o papa Gregório VIII confirmou as possessões de Calatrava e, entre estas, foram citadas “El Perero” e Évora, sobre a qual veremos que foi a primeira localização de Avis.²⁷ Discutirei esse problema da filiação a Calatrava em um parágrafo adiante, mas já se pode notar que Alexandre III homologou, num intervalo de pouco mais de 10 anos, as duas ordens e lhes atribuiu a mesma missão: defender a cristandade face aos infiéis em dois pontos diferentes da fronteira.

A nova ordem ainda se chamava San Julián del Pereiro. É mesmo provável que, antes de passar a se chamar Alcántara, tenha se chamado Trujillo, uma fortaleza situada ao sul do Tejo (não longe de Cáceres, que foi o berço da ordem de Santiago). Três atos do rei de Castela Alfonso VII, em 1188, 1194 e 1195, doaram a Gómez, mestre de Trujillo, localidades a serem colonizadas; e, em 1190, o capítulo geral de Cîteaux associava os cavaleiros de Trujillo à ordem cisterciense, como era o caso dos de Calatrava.²⁸ Ora, não se pode conceber a existência de uma ordem de Trujillo independente sem a apresentação de qualquer bula pontifícia instituindo-a ou homologando-a. Muitos historiadores — J.F. O’Callaghan em último lugar — acharam então que San Julián e Trujillo constituíam uma única e mesma ordem. Utilizaram-se de três argumentos: 1) homonímia: Gómez é o mestre nos dois casos; 2) os três atos de Alfonso VIII estão conservados nos arquivos da ordem de Alcántara; 3) em 1234, enfim, o rei de Castela e Leão, Fernando III, doou a San Julián, que se tornara Alcántara, uma fortaleza para compensar a perda dos direitos sobre Trujillo que a ordem obtivera de Alfonso VIII.²⁹ Muitas fortalezas do setor — Cáceres, Badajoz, Medellín, entre outras — haviam sido arrebatadas dos cristãos pelos almôadas entre 1175 e 1195 e Trujillo também o foi, em agosto de 1195. Quando essas fortalezas foram reconquistadas, o reino as conservou: Cáceres não foi devolvida a Santiago, e Trujillo, reconquistada em 1232, não voltou à ordem de San Julián.

Podemos então pensar que, ao obter a guarda de Trujillo — uma fortaleza importante —, a ordem de San Julián assumiu seu nome; em 1195, tendo perdido Trujillo, recuperou seu nome primitivo. Alcántara, conquistada por Alfonso IX de Leão em 1213, na esteira da vitória de Las Navas de Tolosa, foi devolvida pelo rei em 28 de maio de 1217 à ordem de Calatrava com a missão de ali estabelecer um convento-fortaleza com um mestre. Com a concordância do rei, o mestre de Calatrava cedeu Alcántara à ordem de San Julián del Pereiro em 16 de julho de 1218. A ordem ganhou seu nome e ali instalou sua sé principal.

A ordem de Avis oferece outro exemplo dessa mudança de nome.

A ordem de Avis

Um ato de 1167 menciona pela primeira vez uma confraria de cavaleiros fundada em Évora, pouco antes reconquistada pelos portugueses.³⁰ A confraria talvez tenha sido fundada anteriormente, pois desde o ato de 1167 seus membros eram chamados “irmãos da cavalaria de Évora” e seguiam a regra de são Bento. Criação cisterciense? A bula de Gregório VIII, já citada a propósito de El Pereiro, mencionava também Évora e Santarém, entre as possessões de Calatrava. Em 1211, o rei de Portugal apoderou-se da fortaleza de Avis, possivelmente com a ajuda dos cavaleiros de Évora. Os irmãos, encarregados de sua defesa, ali se instalaram em 1213, ganhando seu nome em 1223.

A tutela cisterciense

A filiação de Calatrava a Cîteaux foi provavelmente fortuita, mas, ao fazê-lo, Cîteaux esboçava um processo que depois ia se desenvolver sistematicamente. A integração de Calatrava a Cîteaux ainda não estava concluída em 1187: os irmãos cavaleiros ainda não estavam assimilados aos monges de coro e, se podiam visitar uma abadia cisterciense, não tinham acesso ao coro — sendo recebidos apenas na hotelaria, nas portas da abadia, como hóspedes de passagem. O que Alexandre III determinava em 1164:

Quando fordes a qualquer abadia da ordem cisterciense, como não conheceis bem seus costumes, sereis recebidos não no convento, mas na hotelaria, honestamente, caridosamente e o mais familiarmente possível.³¹

Ainda em 1187, Calatrava encontrava-se sob a tutela do abade de Morimond (uma das quatro abadias filhas de Cîteaux), que exerceria daí para a frente um direito de visita e disporia de um poder legislativo.

Os calatravenses batalharam e, em 1220, obtiveram o direito de poder acompanhar os monges no coro da igreja abacial, sob a condição de vestir a *capuche** e as vestes monásticas; depois, em 1222-24, conseguiram ter acesso ao coro e ao capítulo de qualquer abadia cisterciense, atrás dos monges, mas na frente dos noviços. Eram assim totalmente separados dos irmãos conversos, aos quais às vezes foram assimilados. Entretanto, estes não tinham acesso aos

* *Capuche*: cobertura de cabeça com uma pequena pelerine que ia até a altura do pescoço. (N.T.)

prédios conventuais. Tais ressalvas não diziam respeito evidentemente aos irmãos capelães, os quais, sendo padres, tiveram desde o início acesso ao coro.

O texto de Gregório VIII de 4 de novembro de 1187, ao confirmar os bens de Calatrava, parecia estabelecer, como vimos, a filiação de San Julián-Alcántara e de Évora-Avis a Calatrava. Outros sinais reforçam essa hipótese: a regra, o mesmo hábito, a mesma tutela de Morimond. A única questão em suspenso é a da data dessa filiação. 1186? É em geral a data admitida para a ordem de Avis,³² sendo no entanto duvidosa para Alcántara, para a qual alguns propõem 1218, data da devolução de Alcántara aos cavaleiros de San Julián del Pereiro. Em 1190, a ordem de Trujillo foi mencionada como filiada a Cîteaux. Se, de acordo com a hipótese apresentada acima, Trujillo era a mesma coisa que San Julián e se levarmos em conta indicações da bula de 1187, podemos concluir por uma filiação a Cîteaux por intermédio de Calatrava. Isso não concorda com a outra decisão do capítulo geral de Cîteaux de confiar a tutela de Trujillo à abadia cisterciense espanhola de Moreruela, e não a Morimond. Pensou-se então, caso aceitemos a continuidade San Julián-Trujillo-Alcántara, em uma manobra leonesa: entregar-se diretamente a Cîteaux para evitar a tutela — castelhana — de Calatrava.³³ Com Trujillo recuperada pelos muçulmanos, a ordem, como vimos, voltou a ser San Julián. Em um acordo firmado em 5 de março de 1202 com a ordem de Santiago, foi concedido ao mestre de San Julián o título de “mestre da cavalaria de San Julián del Pereiro da ordem de Cîteaux”,³⁴ o que é coerente com o texto de 1190 sobre Trujillo.

Na falta de uma documentação mais clara, fiquemos com a seguinte solução: existiam quatro parceiros — as ordens, Cîteaux, os reis e o papa. Cîteaux, depois do sucesso da iniciativa do abade de Fitero que resultou na criação de Calatrava, patrocinou as confrarias de cavaleiros fundadas para defender outros pontos da fronteira: San Julián del Pereiro-Alcántara e Évora-Avis. Sentimentos “nacionais” estão na origem dessas criações: Calatrava era castelhana; Alcántara, leonesa; Avis, portuguesa. As duas últimas prezavam sua independência, e seus incentivadores — os reis de Leão e Portugal — também.

O papado tinha opinião diferente: buscava evitar a proliferação de novas ordens religiosas (a legislação do concílio de Latrão IV em 1215 será bem clara quanto a isso) e os conflitos que seu nacionalismo poderia engendrar. Eis o que poderia explicar a bula de Gregório VIII em 1187: preocupado com a unidade dos cristãos na luta contra os infiéis da Espanha, o papa conclamou incisivamente as confrarias e as novas ordens a se filiarem à ordem já existente, e já reconhecida por ele, de Calatrava, sob a autoridade de Morimond. Sem o quê, essas ordens não seriam reconhecidas e não obteriam os privilégios de isenção concedidos a Cîteaux e Calatrava. A filiação realizada em 1187, de

cima para baixo, pelo papa, permaneceu letra morta no contexto da ofensiva almôada, sendo finalmente aceita depois da vitória de Las Navas de Tolosa em 1212, que abriu perspectivas novas para as ordens na frente da Reconquista; mas sob a condição de que o direito de visita de Calatrava não interferisse na independência das ordens. O que foi efetivamente o caso. A ordem cisterciense não podia senão favorecer tal política.

Nos séculos XIV e XV, os vínculos de Alcántara e Avis com Calatrava foram mantidos. O concílio de Basiléia evocou, em 1º de dezembro de 1436, o direito de jurisdição de Calatrava sobre Avis e, em 1468, o abade de Morimond delegou ainda seu direito de visita sobre Avis e Alcántara ao mestre de Calatrava.³⁵ Essas relações porém não escaparam aos conflitos que opunham então os reinos ibéricos.

A criação da ordem de Santiago

Santiago nada devia a Cîteaux; e, embora seu padroeiro fosse são Tiago Maior (no caso, são Tiago da Espada), tampouco devia alguma coisa à peregrinação de Compostela. A tradição que a faz remontar ao século X e que lhe atribui a missão de proteger os peregrinos do caminho de Compostela foi forjada mais tarde. Observemos que ela é calcada naquela das origens do Templo.³⁶ A ordem nasceu bem mais ao sul, em Cáceres, fortaleza conquistada pelo rei de Leão, Fernando II, em 1169 e confiada à proteção de uma confraria dirigida por Pedro Fernández: eram os “irmãos de Cáceres”. Em 1171, essa confraria assinou um acordo com o arcebispo de Compostela pelo qual se comprometia a defender as possessões do episcopado na região de Cáceres. Em troca, os irmãos de Cáceres assumiram então o nome de Cavaleiros de São Tiago da Espada, de Santiago. O arcebispo era seu membro de honra e o mestre de Santiago, o cônego de Compostela. Os cavaleiros deviam render homenagem ao arcebispo.

Em 1173, o papa Alexandre III (patrono, como se vê, de todas as ordens militares ibéricas) colocava sob sua proteção a cavalaria de Santiago e, em 5 de agosto de 1175, aprovava sua regra, decidindo que padres seriam integrados à ordem. Diz uma tradição que esses padres foram os cônegos do estabelecimento vizinho de Loyo. O papa reconhecia também o que permaneceu a principal originalidade da ordem: a possibilidade para cavaleiros casados de serem seus membros especiais.

Os primórdios da ordem foram difíceis, uma vez que Cáceres foi recuperada pelos muçulmanos em 1172. Mas então os cavaleiros de Santiago estenderam sua implantação à Castela: em 1174, Alfonso VIII doou-lhes a cidade e

o território de Uclés, nos limites orientais de Castela, que os hospitalários de São João não conseguiram conservar. Uclés tornou-se o convento principal da ordem, mas os cavaleiros empenharam-se em manter sua implantação em Leão, realizando alguns de seus capítulos gerais no convento de San Marcos de Leão.³⁷

Fiquemos na órbita de Santiago, com a existência mais efêmera, porém singular, da ordem de Santa María de España, criada uma vez refreado o grande impulso da Reconquista.³⁸ Nos 40 anos que se seguiram à vitória de Las Navas de Tolosa, os reis de Castela e Leão se apoderaram de toda a Andaluzia e das principais cidades que haviam sido o farol da civilização de al-Andalus: Córdoba, Jaén, Sevilha, Cádiz. Os muçulmanos conservaram apenas o pequeno reino de Granada, para o qual a manutenção de ligações navais com o Marrocos da dinastia marínida era vital. Já Castela queria controlar o estreito de Gibraltar para isolar Granada da África, e todos seus esforços foram nesse sentido durante os anos 1250-1350. A criação em 1272 em Cartagena de uma ordem dedicada ao combate no mar pelo rei Alfonso X o Sábio respondeu a esse objetivo: era a ordem de Santa María de España, chamada às vezes de ordem de Cartagena ou, por causa de sua insígnia, de ordem da Estrela. Suas quatro casas principais foram estabelecidas em portos: Cartagena, no Mediterrâneo; El Puerto de Santa María, no estreito; La Corogne e São Sebastião, no Atlântico. O rei de Castela conseguiu a filiação de Santa María a Cîteaux em 23 de janeiro de 1273, mas o capítulo geral não confiou sua tutela à Morimond, como no caso de Calatrava e suas filiadas, mas à abadia de Grandselves (na Gasconha).

A derrota da frota castelhana em frente a Algeciras em 1279 resultou num retorno de Santa María à terra firme: o rei instalou a ordem na cidade andaluza de Medina-Sidônia. Mas em 21 de junho de 1280, as forças castelhanas sofreram grave derrota diante dos muçulmanos de Granada. O mestre de Santiago Pedro Ruiz Girón foi, devido à sua imprudência, causa do fracasso e as forças de sua ordem foram dizimadas. Para compensar as perdas, o rei de Castela decidiu incorporar a ordem de Santa María à ordem de Santiago em 1281. A filiação a Cîteaux portanto não significava automaticamente submissão a Calatrava.

Em 1230, os reinos de Castela e Leão estavam novamente (e definitivamente) reunidos. As ordens da Terra Santa ali ocupavam um lugar muito menos importante que as ordens "nacionais", mas a situação era completamente diferente na coroa de Aragão: as ordens específicas que o soberano aragonês tentou criar ali estagnavam, ao passo que o Templo e depois o Hospital ampliaram sua influência paralelamente a seu engajamento na Reconquista. No século XIII, ajudaram a reconquistar Baléares, Valência e Múrcia.

O fracasso das ordens aragonesas

O Templo e o Hospital possuíam muitas propriedades nos Estados da coroa de Aragão. Isso acabou por preocupar os soberanos aragoneses que, observando — podemos supô-lo — o exemplo castelhano, pensaram em imitá-lo. As confrarias de cavaleiros, como Monreal del Campo e Belchita, surgiram como primeira tentativa de uma estrutura propriamente aragonesa, em um momento em que o Templo ainda não estava implantado no reino.³⁹ Depois, os sucessores de Alfonso o Batalhador seguiram outro caminho, atraindo as ordens castelhano-leonesas em Aragão: Calatrava recebeu Alcañiz, e Santiago foi aquinhoadada com Montalbán. Os problemas não tardaram a surgir e o rei Alfonso II tentou instalar uma ordem aragonesa.

Para isso aproveitou-se da iniciativa de um cavaleiro de Santiago oriundo de Leão, Rodrigo Álvarez, conde de Sarria. Achando a regra de sua ordem condescendente demais, deixou-a em 1174 e fundou uma comunidade militar da qual obteve filiação a Cîteaux. Deu-lhe o nome de Montjoie, colina de onde os peregrinos descortinavam Jerusalém.⁴⁰ Apesar desse nome, a ordem não tinha — já vimos no capítulo precedente — nenhuma origem hierosolimita. Sigamos sua breve e movimentada história em Aragão. Pois foi nesse reino que Rodrigo encontrou, se ousar dizer, um interessado: o rei Alfonso II doou-lhe a localidade de Alfambra, no sul do reino, em contato com o reino mouro de Valência. Em 1180, a fundação da “Cavalaria de Santa Maria de Montjoie de Jerusalém” era reconhecida e homologada pelo papa, que autorizou o mestre a recrutar, como irmãos de sua ordem, bascos, aragoneses e outros cidadãos de Brabançon, sob a condição de que fossem livres de nascimento e que tivessem sido absolvidos de seus crimes e pecados pela Igreja. Tratava-se na realidade de mercenários, combatentes pedestres, hábeis no manejo da faca, cada vez mais numerosos nos exércitos da época. Detestados pelos cavaleiros porque não combatiam segundo as regras da cavalaria, representavam precisamente esse inimigo mortal que podia salvar a alma integrando uma ordem militar.⁴¹

Mas a ordem não teve o sucesso esperado: de um lado, porque seu fundador, Rodrigo, muito instável, se afastou; de outro, porque foi bloqueada em seu desenvolvimento pela onipotência do Templo e do Hospital. Pouco depois da morte de Rodrigo, os irmãos da ordem tencionaram unir-se ao Templo. O rei recusou mas, para salvar o que pudesse, decidiu uni-la à ordem do Santo Redentor, que ele acabara de fundar em Teruel e cuja missão era trabalhar pela libertação dos cristãos cativos (1188). Infrutiferamente. Em 1196, cansado da guerra, Alfonso II resolveu unir a ordem de Montjoie-Redentor ao Templo. Assim como em 1186-88, a ordem manifestou reservas e alguns cavaleiros de

Montjoie se refugiaram em Castela no castelo de Monfragüe. A nova “cavalaria” chocou-se então com a vontade pontifícia, que era impedir a proliferação de pequenas ordens sem bases. O concílio de Latrão IV em 1215 impôs a fusão de Monfragüe com Calatrava. O Templo, que não aceitara a cisão de Monfragüe, não aceitou mais a fusão desta com Calatrava. Honório III (1216-27) tergiversou. A fusão só se tornou efetiva em 1221, porém certos irredutíveis recusaram-na até 1245.

Ainda nos Estados da coroa de Aragão, mas dessa vez na Catalunha, o rei Pedro II criou, em homenagem a san Jordi (são Jorge), santo militar por excelência, uma ordem encarregada de defender a parte da costa situada ao sul da embocadura do Ebro que constituía o “deserto” de Alfama, onde os piratas muçulmanos, sem encontrar recursos, procuravam refúgio. Em 24 de setembro de 1201, Pedro II “doa e concede perpetuamente a ti João de Almenara e a teu associado Martim Vital, subdiácono, e a todos os irmãos e sucessores constituídos em ordem, o lugar deserto de minha terra que se chama Alfama ... a fim de ali construírem um hospital que será a casa da dita ordem, lugar de oração e de misericórdia, em homenagem a Deus e são Jorge”.⁴² Entre as testemunhas que subscreveram o ato se encontrava Raimundo de Gurbs, mestre do Templo na Catalunha. Um castelo de pedra, de planta quadrada, foi construído, assim como um claustro e uma igreja.⁴³

A ordem não foi aprovada pelo papado senão em 1373! Sua existência permaneceu modesta. Não tinha regra própria, e não teve mestre antes de 1355. Participou na medida de seus meios das expedições de Mallorca e de Valência, e, em 1309, da investida de Tiago II sobre Almería. Recebeu doações em Baléares, Valência e na Sardenha e conheceu sua idade de ouro sob o reinado de Pedro IV o Cerimonioso, na segunda metade do século XIV. Finalmente, em 1400, uniu-se à ordem de Montesa, constituída no reino de Valência sobre os despojos do Templo.⁴⁴

Pode-se interrogar sobre as razões da multiplicação dessas fundações de ordens militares na Península Ibérica, as quais me obrigaram a essa cansativa mas inevitável catalogação: o Templo, o Hospital, quatro grandes ordens nacionais — Calatrava, Alcántara, Avis, Santiago —, três pequenas e, para concluir, veremos em um capítulo posterior, as sucessoras do Templo: Montesa e Cristo. Essas ordens nasceram do “nacionalismo” que, se nada tem a ver com nossos nacionalismos modernos, não deixa de existir nessa época. Mas não foi a única razão. A Reconquista foi antes de tudo defesa de uma fronteira, depois avanço e progressão a partir dessa fronteira. Era a combinação de uma multiplicidade de ações locais, descentralizadas. A tradição ibérica das confrarias e as características dessa sociedade de fronteira — com sua nobreza, seus homens livres, essa categoria original dos *caballeros villanos* (que é preciso

traduzir por cavaleiros-citadinos mais do que por cavaleiros-aldeões ou camponeses), sua lealdade — adaptaram-se perfeitamente a essa forma de luta. As ordens religioso-militares foram as herdeiras dessas confrarias e prolongaram sua ação descentralizada; o “nacionalismo” acentuou essa tendência. Ainda mais que a missão confiada às ordens não era apenas militar, como também a de colonizar e povoar a fronteira. Nesse domínio também, descentralização significava garantia de eficácia. Desnecessário assinalar que os reinos espanhóis não perdiam nada com essa multiplicação das ordens.

Báltico: cruzadas missionárias e ordens militares

O avanço germânico e cristão para o leste

No final do século X começou na Alemanha o avanço para o leste (*Drang Nach Osten*), grande movimento de migração que combinava colonização agrícola, germanização e cristianização.¹ Em parte espontâneo, o movimento foi em grande medida liderado e organizado pelos príncipes do Império, leigos e eclesiásticos, o que lhe conferiu excepcional amplitude. As populações autóctones das regiões litorâneas que se estendem para além do Elba e até o golfo da Finlândia (a Pomerânia, a Prússia e a Livônia, nome genérico para todos os territórios que se estendiam do baixo Duna* até o golfo da Finlândia) eram pagãs, pertencendo a três grupos lingüísticos distintos: 1) o dos eslavos, como os sorábios, os obodritos ou os vândicos; 2) o dos bálticos, como os prussianos ou prutênios, os letões, os zengálicos e os lituanos, estes separados daqueles por mar; 3) o dos povos fino-úgricos, curlandeses, livos ou livonianos e estonianos. Por trás desses territórios, e separados deles por um grande cinturão de florestas e pântanos (a *Wildnis*), achavam-se, do norte ao sul, os principados russos de Novgorodo e Pskov, a Lituânia e depois os principados poloneses da Mazóvia, da Pequena e da Grande Polônia etc. Estes últimos eram católicos, agrupando-se às vezes para formar o reino da Polônia.

Os territórios entre o Elba e o Oder foram, nos séculos XI e XII, terras de missão, mas a cristianização não progrediu em nada. De modo que, em 1147, os príncipes alemães pediram a São Bernardo, então pregando a segunda cruzada na Alemanha, que proclamasse também a cruzada na região vândica — o que fez com a concordância do papa Eugênio III (bula *Divina dispensatione*, de 23 de abril de 1147). Alberto o Urso e o duque de Saxe Henrique o Leão empreenderam assim uma expedição investida dos privilégios e vantagens

* Duna: nome húngaro do rio Danúbio. (N.T.)

espirituais da cruzada. Os resultados não foram melhores. O cristianismo não prevaleceu nessas regiões entre o Elba e o Oder a não ser com a chegada maciça de colonos alemães e de monges beneditinos, depois cistercienses, e cônegos regulares da ordem dos premonstratenses*. A região só foi definitivamente vencida pela fé cristã em cerca de 1200. Para além do Oder, restava tudo a fazer.²

Foi essa constatação que provocou, no século XIII, a criação de ordens militares capazes de travar uma verdadeira guerra missionária: elas deviam garantir a proteção dos missionários e a das comunidades convertidas, e fazer progredir a fé cristã, pela conquista, a colonização e a submissão. Houve outras razões para a instalação de ordens militares nessa Europa do Centro-Leste, em particular, na Polônia cristã, a necessidade de defender as zonas fronteiriças contra as investidas dos prussianos e dos lituanos pagãos.

As soluções postas em prática iam portanto no sentido da defesa e da exaltação da fé cristã: missões, cruzadas e, diante do fracasso, ordens militares. Assim como na Espanha, apelou-se primeiro às ordens da Terra Santa antes de se recorrer a criações locais.

Em socorro da missão: a ordem dos porta-gládios na Livônia³

Mercadores alemães e escandinavos iam buscar na Livônia âmbar, madeira, peles. Ao longo do século XII, missionários — cistercienses — os seguiram. A pregação deles encontrou algum sucesso junto aos livônios. Igrejas foram fundadas e um bispado da Livônia foi criado em Uxküll em 1184. Mas essa Igreja se chocou com a hostilidade dos livônios que permaneceram pagãos. Assim, o terceiro bispo, Alberto de Buxhovden, pediu auxílio a cavaleiros alemães para proteger suas ovelhas, e bulas de cruzada permitiram então lhe enviar algum socorro. Alberto de Buxhovden logo compreendeu que a obra missionária não tinha nenhuma chance de durar sem a constituição de uma base territorial sólida e bem defendida. A cruzada pregada em 1200 permitiu conquistar um território importantíssimo, com o bispo fundando Riga, no baixo Duna, e chamando colonos para povoá-la, além de para lá transferir o bispado da Livônia. A cidade, bem situada, iria se desenvolver e conhecer um florescimento comercial rápido.

Com a ajuda do cisterciense Teodorico (que mais tarde se tornaria abade do convento de Dünamünde), Alberto instalou em 1202 uma confraria de cavaleiros, recrutados na Alemanha do Norte, para defender as conquistas e o castelo

* Premonstratenses: ordem fundada em 1120, em Prémontré, na França, por são Norberto. Também tem representantes no Brasil desde 1896. (N.T.)

episcopal de Riga. Desde 1204, o papa Inocência III reconhecia e colocava sob sua proteção a confraria, transformada na oportunidade em ordem militar dos "irmãos da cavalaria do Cristo da Livônia". A nova ordem adotou a regra do Templo e tomou como hábito o manto branco ornado com uma espada encimada por uma cruz aspada vermelha.⁴ Daí o nome "irmãos da espada" (*Schwertbrüder*) ou "porta-gládios", sob o qual era geralmente conhecido.

O bispo de Riga era a autoridade principal na Livônia. Estava convencido que a ordem respeitaria essa autoridade e receberia um terço de todas as conquistas. Ajudados pelos vassalos do bispo, depois pelos primeiros habitantes de Riga, os porta-gládios haviam conquistado uma parte da Letônia e da Estônia desde 1208. No entanto, nesse setor era preciso levar em conta as ambições do rei da Dinamarca e a resistência dos autóctones, com a revolta dos estonianos em 1223 obrigando a uma verdadeira reconquista em 1124. Os porta-gládios não tiraram senão magras vantagens territoriais dessas operações e a criação de um novo bispado em Dorpat fortaleceu a Igreja secular, que se empenhou em conter os progressos da ordem. Esta retrucou aliando-se aos burgueses de Riga (que se filiaram à ordem) e estabelecendo relações com cidades alemãs. Os porta-gládios conseguiram se estabelecer na Zengália e na Curlândia, ao sul do Duna, e receber efetivamente um terço dos territórios conquistados. Um certo equilíbrio teria sido alcançado em 1235: a submissão das populações parecia um fato e a cristianização progredia, visto que os porta-gládios dividiam o controle do território com os bispados e alguns outros senhores.

A intrusão da Lituânia rompeu esse equilíbrio. Em 22 de setembro de 1236, os porta-gládios foram vencidos e dizimados na batalha de Saule, na Lituânia. Bastante enfraquecidos para sobreviverem, fundiram-se com a ordem teutônica, que, como veremos, estava instalada na Prússia desde 1230. O papado homologou a mudança em 1237.

A defesa das fronteiras contra os pagãos: a ordem de Dobrin e os teutônicos

Os principados católicos da Polônia eram submetidos às incursões dos prussianos nas fronteiras da Pomerânia e da Sudóvia. Para se precaverem construíram, a partir do final do século XX, fortalezas e recorreram às ordens militares existentes para protegê-los: o castelo de Starogrod, na margem esquerda do Vístula, foi assim confiado pelo governador da Pomerânia oriental aos hospitalários em 1198. Chegou-se a entregar o território de Thymau, na Pomerânia, à ordem espanhola de Calatrava.

A influência de Cîteaux era grande na Polónia e o mosteiro de Oliva, fundado em 1178 perto de Gdansk, era o motor da atividade missionária

exercida na Prússia. Os príncipes poloneses dispensaram depois a ação dos cistercienses mas continuaram a seguir seu exemplo, com o duque Conrado, da Mazóvia, inspirando-se no modelo das ordens espanholas, de Calatrava em particular, para fundar a ordem de Dobrin. O bispo da Prússia, Cristiano, antigo monge de Oliva, lhe trouxera ajuda, pois se tratava originalmente de uma confraria de cavaleiros posta a serviço do bispo para proteger a atividade missionária. O duque da Mazóvia pediu auxílio a esses cavaleiros para garantir a defesa de sua fronteira com a Prússia. Quando? Ignora-se: antes de 1128 com certeza, data do reconhecimento da nova ordem pelo papa Gregório IX, mas provavelmente a partir da segunda década do século XIII.⁵ O duque cedeu-lhes Dobrin (Dobrzyn, em polonês), situada no médio Vístula, e a ordem ganhou seu nome, embora fosse oficialmente a ordem dos "cavaleiros do Cristo da Prússia".⁶

A ordem conheceu um certo sucesso, e fez de Dobrin uma cidade povoada ao recrutar colonos alemães. Mas, a se acreditar no cronista polonês Jan Dlugosz, fracassou em proteger a Mazóvia dos prussianos e teria sido por essa razão que, em 1225-26, Conrado pediu socorro aos teutônicos, a quem doou Chelmno e sua região (Kulm e Kulmerland, em alemão). A ordem de Dobrin foi absorvida pela ordem teutônica em 1235, mas a cidade e seu território foram restituídos ao duque Conrado. Certos irmãos levados pelo mestre Bruno rejeitaram essa fusão, e Conrado instalou-os em Drohiczyn, nos confins dos domínios pagãos do principado russo (e ortodoxo) de Halicz. Pois, a partir de 1238, os cavaleiros foram vencidos pelo príncipe de Halicz e a ordem desapareceu. A tarefa de defender essa região foi então confiada à ordem do Templo, que obteve três aldeias às margens do Bug e, depois, em 1257, a fortaleza de Lukov.⁷

Ao se instalar nessas regiões, templários e hospitalários não tinham porém outro objetivo a não ser recolher fundos para sua ação na Terra Santa. Reencontramos o problema, já presente na Espanha, da hesitação das duas grandes ordens da Terra Santa em se engajar em missões militares fora dessa mesma Terra Santa. No entanto, a presença do Templo e do Hospital na Polônia não era desprezível: 21 estabelecimentos para o Hospital de 1166 a 1300, entre os quais dois castelos; 14 para o Templo entre 1226 e 1290, entre os quais duas fortalezas.⁸

A ordem teutônica, ordem da Terra Santa também, ao contrário, envolveu-se fortemente na Europa do Centro-Leste. Preocupados em defender a zona fronteira que separava seu reino da Hungria do território pagão dos comanos, o rei André II cedeu aos teutônicos, em 7 de maio de 1211, a terra de Burza (Burzenlândia), livre e perpetuamente; o rei ainda acrescentou que "se ouro ou prata fosse descoberto nessa terra de Burza, uma parte caberia ao

fisco real e o restante caberia aos teutônicos”.⁹ A Burzenlândia constituiu para a ordem teutônica uma espécie de terreno de ensaio antes de sua instalação na Prússia. Muito rapidamente, de fato, os teutônicos quiseram fazer dela um principado autônomo: convocação de colonos alemães, construção de fortalezas, desenvolvimento de Kornstadt (na Romênia, Brasov) como entreposto comercial ativo. Por requisição deles, o papa Honório III separou a Burzenlândia do bispado da Transilvânia para colocá-la diretamente sob a tutela de Roma. O rei da Hungria não aceitou esses desdobramentos e unilateralmente pôs fim à experiência: em 1225, expulsou os teutônicos. O papado protestou mas aceitou.

Os comanos não eram mais uma ameaça, uma vez que haviam se convertido e integrado ao reino. A invasão mongol representava um perigo mais temível para os povos da região. Em 1239-41, a Hungria e a Polônia foram devastadas pela ofensiva mongol na Europa e seus exércitos foram vencidos na batalha de Legnica (9 de abril de 1241). As ordens militares estavam presentes. Um mestre do Templo (provavelmente da província da Hungria) participou do conselho de guerra realizado pelo rei da Hungria Béla IV antes da batalha.¹⁰ Os templários e os hospitalários possuíam bens e castelos na Croácia, então integrada ao reino da Hungria.¹¹ Uma “Crônica anônima dos reis de França terminando em 1286” cita integralmente uma carta que o mestre francês do Templo, Pons d’Albon, dirigiu a Luís IX para informá-lo daquilo que soubera sobre os irmãos da ordem na Polônia, assinalando a morte de inúmeros templários no combate.¹² A idéia de pedir auxílio ao conjunto das ordens militares existentes para lutar contra os mongóis foi considerada: em 1245, o abade de Morimond devia decidir sobre o envio de cavaleiros de Calatrava à Polônia — o que não foi adiante. Porém, ainda em 1258, o papa Alexandre IV lançava um apelo nesse sentido ao mestre de Calatrava.¹³

Os teutônicos na Prússia

Dizem que Hermano de Salza, o carismático mestre dos teutônicos, esgalado pelo fracasso húngaro, teria hesitado antes de responder favoravelmente à solicitação de Conrado da Mazóvia, que o instava a estabelecer sua ordem nos confins da Prússia. O que não é exato. O pleito de Conrado e do bispo Cristiano da Prússia foi feito durante o inverno de 1225-26. Salza encontrava-se então em Foggia, junto a Frederico II. Conrado propôs-lhe Chelmno e sua região, sob a condição de defender a Mazóvia e de conquistar a Prússia — as conquistas seriam partilhadas entre a ordem e ele próprio. Conrado, no entanto, excluiu de sua doação as possessões das igrejas e as dos nobres

poloneses da Kulmerland, o que não impediu que, em março de 1226, Frederico II, em uma bula publicada em Rimini, homologasse a concessão de Conrado e concedesse aos teutônicos as terras a serem conquistadas na Prússia com os direitos regalistas ficando nas mãos de um príncipe do Império.¹⁴ Ora, a Prússia não fazia parte do reino da Germânia. A bula de Rimini não menciona os direitos de Conrado da Mazóvia. Historiadores alemães e poloneses discutiram longamente acerca das intenções de Conrado. Teria sido um duque desesperado por seus fracassos perante os prussianos que se voltou inteiramente para os teutônicos, a fim de vencê-los? Ou Conrado estaria buscando manipular os teutônicos para que o ajudassem a conquistar a Prússia? Foi levantada a hipótese, a partir de critérios paleográficos e diplomáticos, de que a bula não poderia ter sido escrita antes de 1235; ela teria sido pré-datada pela chancelaria imperial de maneira a tornar irreversíveis as concessões de Conrado da Mazóvia (e assim impedi-lo de repetir nos teutônicos o golpe de André da Hungria).¹⁵

De todo modo, a bula de Rimini foi considerada pelos teutônicos o texto fundador do Estado teutônico como principado independente. Em 12 de setembro de 1230, o papa Gregório IX autorizava os teutônicos a se instalarem na Prússia com a tarefa de submeter seus habitantes à fé cristã pela ação missionária.¹⁶ Em 3 de agosto de 1234, o mesmo papa considerava os territórios conquistados como propriedade de São Pedro, mas delegava sua administração à ordem teutônica, embora para lá enviasse um legado. Será que havia, da parte do papado, a idéia de constituir na Prússia um Estado teocrático? A questão é discutível. Afinal, a Prússia e a Livônia eram terras de missão e a responsabilidade da ação missionária cabia aos bispos e aos legados, todos diretamente nomeados pelo papa.

Conquista da Prússia e penetração na Livônia¹⁷

A partir de 1230 Salza designou Hermano Balk como mestre da Prússia. Com o suplemento necessário de mercenários e contingentes de alemães e poloneses que às vezes tinham o status de cruzados, conquistou a maior parte da Prússia entre 1230 e 1242. Quadriculou a região com castelos e burgos, instalando ali colonos alemães. Os resultados foram ilusórios: em 1242, encorajados, depois auxiliados, pelo príncipe da Pomerânia oriental (ou Pomerélia), Swantopulk, os prussianos se revoltaram. Os teutônicos conservaram apenas as quatro cidades fortificadas de Kulm, Thorn (Torun), Elbing e Rehden. A revolta só foi apaziguada em 1248, com a submissão de Swantopulk, com o tratado de

Christburg (1249) selando a paz e ao mesmo tempo organizando as relações com os chefes prussianos convertidos ao cristianismo. Voltaremos a isso.

A atividade da ordem se deslocou então, dirigindo-se para a Prússia oriental e a Livônia a fim de lá refrear as revoltas dos povos pagãos da Curlândia e da Zengália e rechaçar os ataques do grão-duque Mindaugas da Lituânia. Foi em homenagem ao rei da Boêmia, Otokar II, que participou de uma cruzada para ajudar os teutônicos em 1254-55, que deram o nome de Königsberg, a “montanha do rei”, ao local onde foi erguido o castelo que serviu de núcleo fundador à cidade de mesmo nome (atualmente, Kaliningrado). As derrotas sofridas em seguida pela Livônia diante dos teutônicos resultaram numa nova revolta dos prussianos a partir de 1263. Foram necessárias novas cruzadas, como a de Alberto de Brunswick, do landgrave* da Turíngia e do rei da Boêmia novamente em 1265 para obter a submissão definitiva da Prússia em 1283.

Essa conquista longa e difícil foi acompanhada de um intenso esforço de colonização, cujas modalidades examinarei na segunda parte.

A intervenção dos teutônicos na Livônia não obedecia totalmente às mesmas regras nem aos mesmos objetivos que na Prússia. Sucessores dos porta-gládios, os teutônicos fizeram operações militares para consolidar a submissão e a conversão ao cristianismo das populações livonianas (curlandeses, letões, estonianos), mas não conseguiram criar, como na Prússia, um Estado teocrático. A bula pontifícia de 14 de maio de 1237, que unia os porta-gládios aos teutônicos, enfatizava que a Livônia seria confiada a um mestre provincial distinto do da Prússia. Ao designar Hermano Balk, já mestre na Prússia, para esse posto e ao autorizá-lo a acumular as duas funções, Hermano de Salza revelava o desígnio de unificar os dois territórios. A hostilidade dos bispos de Riga, reconhecidos como príncipes imperiais desde 1207 e cujos poderes foram fortalecidos com a promoção da sé de Riga a arcebispado, fez o projeto fracassar. Inocêncio IV colocou os bispos prussianos na jurisdição do arcebispado de Riga, mas decidiu que receberiam uma quantia representando um terço dos territórios da diocese deles e que teriam plena jurisdição eclesiástica neste terço (27 de julho de 1243). A bula homologava também a preeminência, na Prússia, da ordem teutônica, reconhecida como soberana absoluta — justamente por isso, tinha como tarefa a defesa da Prússia e a condução da ação missionária.¹⁸ Na Livônia, em contrapartida, o território da ordem era apenas um dos cinco territórios que constituíam a Livônia católica, os outros sendo os territórios do arcebispo de Riga e de seus três bispados da

* Landgrave: título de príncipes ou nobres alemães que julgavam pleitos em nome do imperador (*Graf* = conde; *Land* = terra). (N.T.)

Livônia com direito a voto: Dorpat, Ösel e a Curlândia (da qual uma parte do território já pertencia aos teutônicos). Nas fronteiras da Livônia, os teutônicos tiveram também que reunir e devolver ao rei da Dinamarca os distritos estonianos de Reval e Wierlanden em 1238.¹⁹ Mas foi com esses mesmos dinamarqueses que eles enfrentaram os principados russos, a quem barravam o acesso ao mar: a tomada de Pskov, em 1240, provocou a resposta de Novgorodo, que chamou do exílio o príncipe Alexandre Nevski (este, vencedor de uma cruzada sueca em 1240, fora de fato expulso de sua cidade pouco depois). Nevski venceu os teutônicos por ocasião da célebre batalha travada nas geleiras do lago Peipus em 5 de abril de 1242. Agora existia uma fronteira russa a ser defendida.

Na segunda metade do século XIII, o perigo maior veio da Lituânia, cujo vasto território continental, além da *Wildnis* florestal e pantanosa, imiscuía-se como uma cunha entre a Prússia e a Livônia com seus rios Duna e Niemen (a Samogitia). Ao longo dessas fronteiras solidamente defendidas de ambos os lados, a guerra, as incursões, as pilhagens, as atrocidades de todo gênero eram incessantes. As coisas haviam começado bem, no entanto, uma vez que, em 1251, o grão-duque lituano Mindaugas se convertera ao cristianismo. Mas a partir do momento em que os teutônicos começaram a conquistar a Prússia oriental e os territórios limítrofes da Lituânia, esta última se considerou ameaçada.

A guerra aberta começou em 1259 com a revolta dos zengálicos — próximos dos lituanos — e dos curlandeses da Livônia, que infligiram aos teutônicos a derrota de Durben (13 de julho de 1260). Mindaugas rompeu então com o cristianismo e entrou em guerra, impondo aos teutônicos e a seus aliados poloneses a derrota de Pocarwist, na Mazóvia (janeiro de 1261). No mesmo momento, como disse, os prussianos se revoltaram, de modo que a ordem teve de combater em duas frentes. A revolta dos zengálicos, que parecia abafada em 1272, recrudescceu vigorosamente nos anos 1280, obrigando as autoridades da Livônia, os teutônicos e o arcebispado de Riga, por uma vez de acordo, a fazerem algumas concessões em 1286. Os zengálicos, massacrados em número, não se declararam vencidos senão em 1290. Os teutônicos então ficaram diretamente confrontados aos lituanos.

Teutônicos e poloneses no século XIII

O cronista polonês Jan Dlugosz, que escreveu na segunda metade do século XV, conta — um pouco confusamente, pois fala da ordem teutônica do Santo Sepulcro de Jerusalém e a confunde com a ordem de Dobrin — como Conra-

do da Mazóvia recorreu aos teutônicos e lhes concedeu a região de Chelmno (Kulm). E salienta que

essa concessão pareceu, na época em que foi feita, saudável e justificada, porém, mais tarde, quando os teutônicos tentaram tomar posse do resto da Polônia e que os poloneses naturalmente resistiram, ela pareceu ser a causa dos repetidos derramamentos de sangue.²⁰

É interessante salientar na obra — tardia — desse historiador bastante hostil à ordem teutônica todas as passagens em que descreve, para o século XIII, a ação, não raro combinada, dos teutônicos e dos poloneses diante dos prussianos, depois dos lituanos. Esses povos são apresentados como bárbaros, cruéis, violentos, pagãos, que queimam, pilham e matam os bons cristãos alemães ou poloneses. E aponta, em 1217, 1222 e 1224, as incursões prussianas na Mazóvia, em Plock e em Chelmno.²¹

Menciona em seguida todas as ações empreendidas em comum pelos teutônicos, então presentes na Prússia, e os poloneses: fundação de Torun, tripla aliança de 1233 (ordem, Mazóvia, Pomerânia oriental, de Swantopulk), a participação comum na batalha contra os mongóis, as guerras de 1243 e 1245, os combates contra Swantopulk em 1247, as ações contra os lituanos em 1250-62. Em janeiro de 1261, teutônicos, poloneses e cruzados associaram-se, mas foram batidos.²² No ano de 1273, apresenta os lituanos como “os inimigos naturais dos poloneses”.²³

Os primeiros contratempos na aliança até então sem rusgas entre poloneses e teutônicos surgiram a propósito da organização diocesana da região. Desde 1244, o arcebispo de Riga citava o bispo de Chelmno entre aqueles com direito a voto, o que o papa Alexandre IV ratificou em 1255; ora, o arcebispado polonês de Gniezno também reivindicava Chelmno. Em 1264, o bispo de Chelmno transformou sua catedral em igreja monástica e a entregou aos teutônicos.²⁴ Do mesmo modo, a primeira tentativa dos teutônicos de controlar a Pomerânia oriental (ou Pomerélia), jogando com as rivalidades dos filhos de Swantopulk, foi o sinal que prenunciou o conflito entre os dois ex-aliados no início do século XIV.²⁵ O alerta foi ainda mais sério em 1294, quando o mestre dos teutônicos da Prússia, Meinhard, em luta contra os lituanos, atacou na passagem a fortaleza mazoviana de Vizno.²⁶

Em 1295, Mestvin, filho e sucessor de Swantopulk, morreu sem deixar herdeiros. Havia legado a Pomerânia oriental a Presmilav II, duque da Grande Polônia e pouco depois rei da Polônia. Ora, os vizinhos margraves* de Bran-

* Margrave: título daqueles que governavam e administravam as províncias fronteiriças, no Império Germânico (*Graf* = conde; *Mark* = fronteira). (N.T.)

demburgo pretendiam ter direitos de senhor feudal sobre a Pomerânia oriental. Presmilav podia contar com a aliança do duque da Mazóvia — que pretendia obter dos teutônicos uma indenização pelas destruições cometidas em Vizno — e assumiu o controle da Pomerânia oriental, sendo morto em consequência de um ataque-surpresa dos saxões de Brandemburgo em 1296. No mesmo ano, os teutônicos retiraram unilateralmente da obediência de Gniezno a diocese de Chelmino para vinculá-la ao arcebispado de Riga.²⁷

A importância dos combates entre os lituanos durante esse período retardou a explosão da crise na Pomerânia até 1307. Wladyslas o Breve (ou Ladislas Lokietek) tornara-se rei da Polônia, mas o chanceler do ducado da Pomerânia oriental, que lhe era hostil, lhe recusou o ducado, preferindo entregá-lo aos margraves de Brandemburgo. Lokietek refugiou-se em Gdansk (Danzig) e recorreu aos teutônicos para expulsar os saxões, porém a guarda do castelo de Gdansk estava dividida entre uma guarnição polonesa e uma guarnição teutônica. Grave erro! Os teutônicos decerto contribuíram para rechaçar os saxões da Pomerânia, mas se incrustaram em Gdansk e garantiram o controle do conjunto do castelo, só o devolvendo a Lokietek caso os indenizasse de seus prejuízos! E Jan Dlugosz nos diz que Lokietek “compreende então que os cavaleiros são inimigos dos poloneses”.²⁸

A soma pedida a Lokietek era naturalmente altíssima, e conciliação malogrou. Segundo Dlugosz, os teutônicos destruíram as muralhas de Gdansk e massacraram a guarnição do castelo. A resistência polonesa cessou com a queda do castelo próximo da Suécia. O mestre da ordem obteve então dos margraves de Brandemburgo que lhe vendessem seus direitos sobre o ducado (6 de setembro de 1309).²⁹

Em seguida, os poloneses tentaram recuperar a Pomerélia e alguns outros territórios, fosse pela força (em 1331-32), fosse pela arbitragem do papado. Esta decidiu a favor deles, em 1320-21 e em 1339, mas os teutônicos se fizeram de surdos. Assim, depois da investigação de 1339, o rei Casimiro, ciente de sua fraqueza militar, decidiu aceitar um compromisso (que havia recusado em 1335): pela paz de Kalisz (1343), a Polônia recuperava a Cujávia e Dobrzyn, mas fazia “doação” da Pomerélia aos teutônicos no interesse da paz!

A ordem teutônica obteve o que queria: o controle de um excelente porto no Báltico, preciosíssimo para exportar o trigo da hinterlândia prussiana, conhecido nas fontes alemãs pelo nome de Danzig. Quanto aos poloneses, agora privados do acesso ao mar, só iriam se deter depois de recuperar... Gdansk!

Portanto, no início do século XIV, os teutônicos dominavam completamente a Prússia e a governavam soberanamente, além de se instalar na Livô-

nia. Mas a Samogitia lituana separava sempre os dois territórios, a fundação de Memel em 1252 garantindo apenas uma ligação costeira desconfortável. Tiveram no entanto que dividir o poder com os bispos da Livônia, e as relações com o arcebispo de Riga, sempre muito conflituosas, iriam, como veremos, se envenenar. Com os poloneses, desentenderam-se. Diante dos lituanos — temíveis adversários —, os teutônicos estavam sozinhos e encostados na parede.

Tudo prenunciava uma crise maior.